

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO"
FCT/UNESP - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**TERRITÓRIO E TRAJETÓRIA KRENAK – O OLHAR GEOGRÁFICO DE
UMA DISPUTA DE NARRATIVAS**

Orientadora: Prof.^a. Livre docente Neide Barrocá Faccio

Orientanda: Júlia Araújo Carvalho

Presidente Prudente, SP

Janeiro, 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO"
FCT/UNESP - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**TERRITÓRIO E TRAJETÓRIA KRENAK – O OLHAR GEOGRÁFICO DE
UMA DISPUTA DE NARRATIVAS**

Monografia apresentada para a obtenção
do título de bacharel em Geografia pela
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” – Presidente Prudente,
SP.

Orientadora: Prof.^a Livre docente Neide Barrocá Faccio
Orientanda: Júlia Araújo Carvalho

Presidente Prudente, SP

Janeiro, 2021.

	Carvalho, Júlia Araújo
C331t	Território e trajetória Krenak: – o olhar geográfico de uma Disputa de narrativas / Júlia Araújo Carvalho. -- Presidente Prudente, 2021 101 p. : il., tabs., fotos, mapas Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientadora: Neide Barrocá Faccio 1. Território. 2. Krenak. 3. Disputa de narrativas. 4. Decolonidade. 5. Pesquisa-Ação. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Agradecimentos

Agradeço à toda comunidade de Vanuíre por abrirem-se para nós, permitindo aproximação e troca.

Agradeço aos informantes dessa pesquisa, pela confiança e disposição em partilhar seus saberes.

Agradeço às minhas ancestrais, fortes o bastante para manterem acesa a potência do viver, apesar de nossa trajetória historicamente apagada.

Agradeço à minha família que sempre valorizou a educação. Vocês são minha maior força. As minhas irmãs e minha sobrinha que mesmo distantes, sempre estiveram presentes e foram meu mais belo refúgio e fortaleza.

Aos meus amigos que estiveram crescendo e me auxiliando a crescer durante toda a graduação e que sempre se mostraram dispostos a partilhar. Gustavo, Diana, Thiago, Renata, Vanessa e Lucas, muito obrigada.

A Tathi, minha psicóloga que me ajudou a vivenciar este processo de escrita e síntese em meio a uma situação de pandemia extremamente desgastante.

A toda equipe do Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG), pelo suporte e pelas trocas de afeto e saberes.

A minha orientadora Neide que mesmo identificando potencial para desenvolvimento em outras áreas me permitiu desenvolver essa pesquisa pautada em quem eu sou e naquilo que acredito, obrigada pela confiança.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento e suporte técnico por meio do processo 2019/00616-8, sem estes, esta pesquisa seria inviável.

*A todas as pessoas que acreditam na
potência da educação como instrumento
emancipatório.*

Resumo: Este documento consiste em uma monografia de conclusão de curso, cujo tema compôs pesquisa de iniciação científica financiada pela FAPESP. A seguir poderão ser apreciados os resultados de um processo de aprendizado e investigação que teve cinco anos de duração, dos quais, dois anos foram dedicados a elaboração e desenvolvimento de um projeto que teve por objetivo identificar e assimilar o processo de territorialização e desterritorialização do Povo Krenak, residente na Terra Indígena Índia Vanuüre, localizada no Município de Arco Íris, SP, de modo a compreender a identidade e como esta se mantém, bem como encontrar de forma conjunta com o grupo indígena, estratégias de fortalecimento da identidade Krenak por meio de princípios metodológicos propostos pela Pesquisa-Ação. O processo investigativo envolveu uma densa análise documental e bibliográfica, além de visitas a campo e coleta de narrativas. Dentre os principais avanços propiciados pela pesquisa acerca da temática pontuamos: o estabelecimento de uma linha temporal que relaciona os processos de movimentação territorial Krenak com os contextos políticos vigentes desde o fim do Século XVII até o presente; a vinculação discursiva entre a história e trajetória dos Krenak contada pelas fontes oficiais e a história e trajetória Krenak contada pelos próprios. História que muito recentemente passou a veicular o imaginário coletivo através das palavras de Ailton Krenak e Edson Krenak; o surgimento de um repertório documental com enfoque nos Krenak territorializados na Terra Indígena Vanuüre; um acercamento da concepção de Território para os Krenak e; uma breve análise da Base Nacional Comum Curricular quanto à temática indígena. Os convidamos agora a ler esta monografia que compila a trajetória supracitada, tendo em mente os seguintes questionamentos: Qual a compreensão Krenak de ‘território’? Existe relação entre os interesses e posicionamentos governamentais e a violência contra os povos originários? E o último e, talvez mais difícil questionamento, é possível mensurar o impacto que, a chegada dos europeus a partir do século XV e suas posteriores ações, tiveram na cultura dos povos originários na atualidade, sobretudo para os Krenak?

Palavras-Chave: Território, Krenak, disputa de narrativas, Pesquisa-Ação

Abstract: This document consists of a monograph at the end of the course, whose theme comprised scientific initiation research financed by FAPESP. The results of a five-year learning and research process can be seen below, of which two years were dedicated to the elaboration and development of a project that aimed to identify and assimilate the process of territorialization and deterritorialization of the People Krenak, resident in the Indigenous Land India Vanuïre, located in the Municipality of Arco Íris, SP, in order to understand the identity and how it is maintained, as well as to find, jointly with the indigenous group, strategies to strengthen Krenak identity through methodological principles proposed by Action Research. The investigative process involved a dense documentary and bibliographic analysis, in addition to field visits and collection of narratives. Among the main advances brought about by research on the theme, we point out: the establishment of a timeline that relates the processes of territorial movement Krenak with the political contexts in force from the end of the 17th century to the present; the discursive link between the Krenak history and trajectory told by official sources and the Krenak history and trajectory told by themselves. History that very recently started to convey the collective imagination through the words of Ailton Krenak and Edson Krenak; the emergence of a documentary repertoire focusing on territorialized Krenak in the Vanuïre Indigenous Land; an approach to the concept of Territory for the Krenak and; a brief analysis of the Common Base National Curriculum regarding the indigenous theme. We invite you now to read this document that compiles the trajectory, bearing in mind the following questions: What is Krenak's understanding of 'territory'? Is there a relationship between government interests and positions and violence against indigenous peoples? And the last and, perhaps more difficult questioning, is it possible to measure the impact that the arrival of Europeans from the 15th century onwards and their subsequent actions, had on the culture of the original peoples today, especially for the Krenak?

Keywords: Territory, Krenak, dispute of narratives, Action Research

Resumen: Este documento es una monografía de conclusión de licenciatura, cuyo tema fue la investigación de iniciación científica financiada por la FAPESP. A continuación se muestran los resultados de un proceso de aprendizaje e investigación de cinco años, de los cuales dos se dedicaron a la elaboración y desarrollo de un proyecto que tuvo como objetivo identificar y asimilar el proceso de territorialización y desterritorialización del pueblo Krenak, residente en la Tierra Indígena India Vanuïre, ubicada en el Municipio de Arco-Iris, SP, con el fin de comprender la identidad y cómo se mantiene, así como encontrar en conjunto con el grupo indígena, estrategias para fortalecer la identidad Krenak a través de principios metodológicos propuestos por la Pesquisa Ação. El proceso de investigación implicó un denso análisis documental y bibliográfico, además de visitas de campo y recopilación de narrativas. Entre los principales avances que ha generado la investigación sobre el tema, destacamos: el establecimiento de una línea de tiempo que relaciona los procesos del movimiento territorial Krenak con los contextos políticos vigentes desde finales del siglo XVII hasta la actualidad; el vínculo discursivo entre la historia y trayectoria Krenak contada por fuentes oficiales y la historia y trayectoria Krenak contada por ellos mismos. Historia esa que muy recientemente empezó a habitar el imaginario colectivo a través de las palabras de Ailton Krenak y Edson Krenak; la aparición de un repertorio documental centrado en los Krenak territorializados en la Tierra Indígena de Vanuïre; un enfoque del concepto de Territorio para los Krenak y; un breve análisis del Currículo Nacional de Base Común sobre el tema indígena. Te invitamos ahora a leer este documento que recopila la trayectoria antes mencionada, teniendo en cuenta las siguientes preguntas: ¿Qué entiende Krenak por 'territorio'? ¿Existe una relación entre los intereses y posiciones del gobierno y la violencia contra los pueblos indígenas? Y el último y, quizás más difícil cuestionamiento, ¿es posible medir el impacto que la llegada de los europeos a partir del siglo XV y sus acciones posteriores, tuvo en la cultura de los pueblos originarios de hoy, especialmente para los Krenak?

Palabras clave: Territorio, Krenak, disputa narrativa, Pesquisa Ação

Sumário

INTRODUÇÃO	10
APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	13
Uma breve contextualização.....	14
Estrutura geral da pesquisa	18
Conceitos	21
O território focal da pesquisa.....	23
O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA.....	27
Os Krenak.....	28
O Povo Krenak na Terra Indígena Índia Vanuíre, Arco Iris – SP	32
O Povo Krenak na Terra Indígena Krenak, Resplendor – MG.....	34
Quanto custa a Vale para os povos do Rio Doce?	37
A HISTÓRIA CONTADA PELOS KRENAK	43
“Minha história é a história do meu Povo”	44
Nem um território a menos, nem uma gota de sangue a mais.....	48
Governo Anti Indígena – Política genocida	51
Uma nota sobre a Projeto de Lei 191/2020 de 5 de fevereiro de 2020	51
Quem dera fosse um fato isolado	53
O etnocídio é política estatal no Brasil	58
A CULTURA SEGUE VIVA	62
Resistências culturais – o corpo como instrumento	63
UMA PROPOSTA DE DEVOLUTIVA: INFORMAÇÃO É PODER?.....	70
“A nossa história começa muito antes de 1988”	71
Análise de currículo mínimo	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	91
Anexo I – Sessão de uso de voz, imagem e conteúdo	92
Anexo II – Registro dos campos.....	94
Anexo III - Registros de escutas realizadas.....	99

INTRODUÇÃO





Fonte: APIB (2020).

O que se observará a seguir é o compilado de cinco anos de graduação, dos quais, durante um ano realizou-se pesquisa com a temática territorial envolvendo os indígenas da etnia Krenak residentes na Terra Indígena Índia Vanuïre, no Município de Arco-íris – SP e, ela foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Cabe ainda pontuar a importância do apoio do Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG), que forneceu aporte técnico para o desenvolvimento da pesquisa e, da confiança e parceria estabelecida juntamente à Terra Indígena Índia Vanuïre e aos portadores do saber e agentes da pesquisa que possibilitaram delineamentos e desdobramentos singulares para o processo investigativo.

O debate e os resultados desta pesquisa se encontram dispostos da seguinte maneira: um capítulo introdutório onde, se encontrará uma breve contextualização temporal, com principais obstáculos para o desenvolvimento investigativo; uma síntese da proposição de pesquisa com os principais objetivos, justificativas, resgate metodológico e principais conceitos que estruturam o debate; no segundo capítulo será apresentado todo o acúmulo referente ao levantamento histórico e etno-histórico identificado nos veículos oficiais de informação; na sequência evocaremos os elementos levantados nas entrevistas realizadas durante o processo investigativo e nas fontes primárias de informação (entrevistas e documentários assistidos com enfoque nas narrativas Krenak) como mecanismo de reunião prévia de elementos, buscando estabelecer contínuas relações entre os conteúdos evocados por cada uma das frentes

forneedoras de informação utilizadas, explicitando semelhanças e divergências discursivas entre a história divulgada e a história reivindicada pelos agentes desta pesquisa. No quarto capítulo apresentaremos debates de suporte para a construção coletiva de uma unidade didática e por fim, no quinto capítulo apresentamos as conclusões formais do processo de escrita deste relatório como síntese objetiva do processo investigativo.

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA



Uma breve contextualização...

“Em tempos de pandemia a luta e a solidariedade coletiva que reacendeu no mundo só será completa com os povos indígenas, pois a cura estará não apenas no princípio ativo, mas no ativar de nossos princípios humanos” (Trecho da **Carta Final** da Assembleia Nacional da Resistência Indígena, APIB, 2020).

Entre os últimos dias de novembro e primeiros dias de dezembro de 2019 deu-se a confirmação do primeiro caso do novo Coronavírus (COVID-19). A mutação viral que ocorreu inicialmente na China, rapidamente adentrou e tomou todo o continente europeu e no dia 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o primeiro caso no Brasil.

O vírus se mostrou extremamente mortal e altamente contagioso, tendo como vetor principal o carreamento do ar. O número de casos confirmados e mortes no Brasil cresceu substancialmente em poucos dias e cada Estado e município teve liberdade para estabelecer seus próprios protocolos de segurança.

O Estado de São Paulo, primeiro estado a registrar casos e estado mais afetado em número de casos confirmados, determinou estado de quarentena no dia 24 de março do mesmo ano (2020) que começou a vigorar no dia seguinte. Houve então, o isolamento preventivo e interrupção da maior parte dos serviços, devido ao grande risco à saúde pública que a interação entre pessoas, sobretudo em espaços fechados e/ou mal ventilados representava. As instituições de ensino fazem parte dos espaços fechados para controlar a disseminação voluntária do vírus e trouxe impactos diretos às estatísticas de evasão escolar em todos os níveis, até porque existe uma parcela considerável da população que não tem acesso à internet para acompanhar as demandas do estudo virtual domiciliar.

Hoje, nove meses depois de iniciado o protocolo de isolamento social, o Brasil ainda não foi capaz de lidar plenamente com tal variação viral, de modo que ainda que menos rigorosas seguem vigentes uma série de protocolos de segurança biológica e alguns serviços ainda não obtiveram liberação para tornar a funcionar.

No Brasil, já são mais de 7.238.600 casos confirmados e 186.773 óbitos registrados. Cabe ainda pontuar que a pandemia originada pelo COVID-19 também expôs a gigantesca discrepância entre as classes sociais brasileiras, onde pessoas com maior poder aquisitivo foram as que mais tiveram contato direto com o vírus, no entanto, as pessoas mais afetadas e os maiores índices de mortalidade devido à ação de tal vírus advêm de classes sociais de menor poder aquisitivo.

Nesse sentido, os povos originários e populações tradicionais vêm se mostrando especialmente expostas aos riscos da pandemia que, além de terem seus direitos negados

historicamente, serem excluídos dos serviços públicos de saúde e, sempre que possível massacrados frente a justificativa do desenvolvimento econômico nacional, não foram incluídos nos primeiros planos de contenção dos impactos da pandemia, não tendo recebido mascarar e álcool em gel dos órgãos responsáveis pelas questões indigenistas, além de serem secundarizados no processo de distribuição de auxílios financeiros durante o processo pandêmico.

As **Figuras 1 e 2** a seguir, apresentam dados levantados por coletivos e associações indígenas e indigenistas do Brasil, como mecanismo de denúncia a situação de extrema exposição e vulnerabilidade dentro do contexto atualmente vivenciado.

Figura 1: Relação entre total de casos confirmados de COVID-19 e número de óbitos, segundo dados oficiais

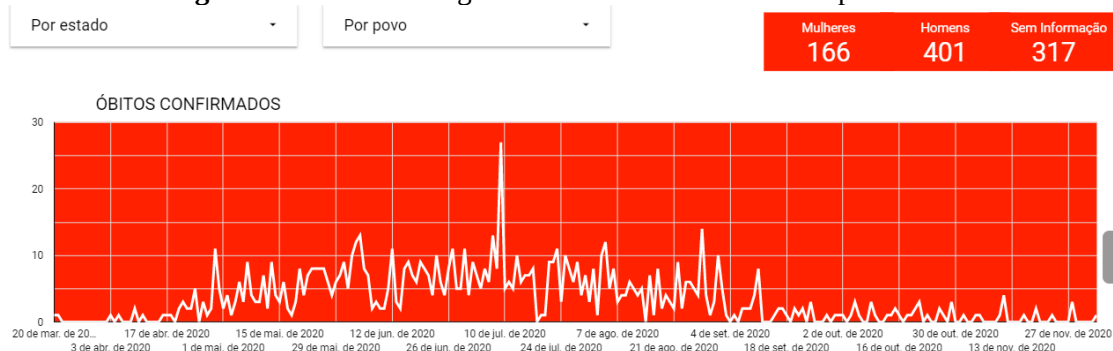


Fonte: Associação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB (2020).

Isso significa que do total da população indígena brasileira (896,9 mil) 3,94‰ testaram positivo para COVID-19 e dentre os positivados, a taxa de mortalidade foi de 13,97‰ enquanto no mesmo período da população geral brasileira (209,3 milhões, incluindo a população indígena) 22,61% testaram positivo e dentre estes, a taxa de mortalidade foi de 2,99‰.

O primeiro caso confirmado da Covid-19 entre os povos indígenas, registrado no Brasil, foi de uma jovem Agente Indígena de Saúde (AIS) do povo Kokama, de 20 anos, no município de Santo Antônio do Içá, no Amazonas. Esse caso revela um padrão que irá se persistir sobre a entrada do vírus em muitos territórios, evidenciando a política anti indígena do governo Bolsonaro. Afirmamos que o Governo Federal negligenciou sua obrigação de proteger os trabalhadores e usuários do Subsistema de Saúde Indígena e, dessa forma, favoreceu a entrada do vírus em diversos territórios (APIB, 2020).

Figura 2: Óbitos de indígenas confirmados e levantados pela APIB

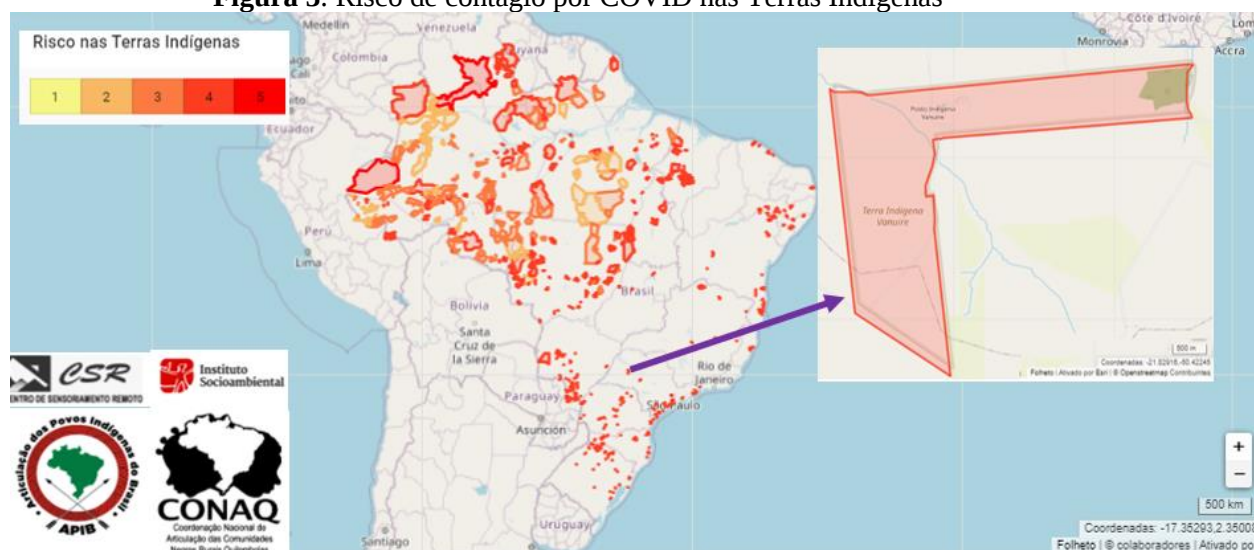


Fonte: Associação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB (2020).

Ao observarmos os dois dados, verificamos não só uma divergência considerável entre o número total de óbitos entre o oficial e o reivindicado pelos parentes, como também se observa um grande número de parentes que vieram a falecer, tendo testado positivo para COVID, mas sem informações acerca da causa mortis. Ainda sobre a Figura 2, os diálogos e depoimentos circulantes dentro da rede de contatos estabelecida, indicam uma possível correlação entre o maior número de homens indígenas positivados para COVID e consequentemente mortos pela mesma e o fato de que são os homens que em geral trabalham fora das aldeias e Terras Indígenas e que, mesmo em pandemia seguiram trabalhando.

A **Figura 3** apresenta o risco de contágio por COVID nas Terras Indígenas do Brasil, com destaque para o território focal desta pesquisa, Terra Indígena Índia Vanuúre.

Figura 3: Risco de contágio por COVID nas Terras Indígenas



Adaptado de: Socioambiental (2020).

Além de fazer a contabilidade dos óbitos, estes coletivos e associações indígenas e indigenistas do Brasil em parceria com os grupos de estudo propostos pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) também se unem na triangulação de dados e tradução em mapas de risco como o apresentado na Figura 3, apresenta um índice de vulnerabilidade, no qual os valores situam entre 0 e 1, onde, quanto mais próximo de 1, os valores indicam maior grau de vulnerabilidade da Terra Indígena. “Os resultados mostram que o potencial de dispersão da Covid-19 pode atingir populações indígenas em áreas com uma grande diversidade de contextos regionais, destacando sempre a vulnerabilidade social como motor de propagação do vírus” (OLIVEIRA; SOARES FILHO; et al, 2020). Nele, podemos observar que os agentes desta pesquisa estão expostos ao vírus no grau 4 (entre 0,4646 e 0,5848), fragilizados por fatores socioeconômicos; pelo uso de agrotóxicos e inseticidas fortes no entorno, favorecendo a ocorrência de problemas respiratórios na população local; pela distância de hospitais e número de leitos disponíveis na região do entorno; disponibilidade de equipamentos de segurança por parte dos órgãos responsáveis pela gestão indigenista no estado e; faixa etária da população residente.

É em meio a esse cenário que se desenvolveu este documento como resultado de uma investigação de dezoito meses, sendo doze deles subsidiados pela FAPESP. Os trabalhos de campo junto à comunidade indígena diretamente envolvida foram impossibilitados, bem como comprometeu-se todo o processo de escuta de narrativas devido as limitações de acesso contínuo as redes de energia e internet de ambas as partes (pesquisadora e agentes da investigação/detentores do saber). Além disso, o processo de construção de uma Unidade didática nos dois principais idiomas falados dentro da comunidade indígena teve de ser cancelado, devido a impossibilidade de estabelecer-se encontros para tradução e transcrição do material em questão.

Sendo assim, o número de coletas foi drasticamente reduzido e a lógica de coleta das informações foi invertida, tendo então a história formal como principal fonte de pesquisa, em detrimento dos relatos orais e memória coletiva; a unidade didática deixou de ser pensada para a própria comunidade e passou a ser elaborada com direcionamento a rede de ensino pública como material alternativo aos módulos de ensino sobre “história regional” temática pouco abordadas devido ao baixo número de materiais específicos. Diante de tais novidades, optamos por elaborar um material de análise e debate que deverá compor o conjunto de aportes no planejamento didático 2021 da unidade escolar a qual contamos no processo investigativo.

Além disso, a impossibilidade de sair a campo somada a dinâmica derivada da conversão das redes sociais em plataformas principais de luta e disseminação de reivindicações sociais, trouxe um novo ambiente de pesquisa e análise de conteúdo.

Tais obstáculos não representaram a impossibilidade do seguimento da pesquisa ou perda de qualidade do produto, mas, por certo resultaram em um desenvolvimento mais vagaroso somado as adequações supracitadas que se fizeram necessárias.

Estrutura geral da pesquisa

A pesquisa tem objetivo principal evidenciar a disputa de narrativas entorno do processo de territorialização e desterritorialização dos índios Krenak, na Terra Indígena Vanuíre (T.I Vanuíre), localizada no Município de Arco-íris, SP, entre os Rios Aguapeí e Peixe (Figura 4).



Fonte: Adaptado de Faccio (2011).

Além disso, também são objetivos desta pesquisa, estabelecer nexos identitários do povo Krenak na busca por compreender a identidade que se mantem e como se mantem na materialidade da T.I Vanuíre.

Enquanto justificativas para a implementação de tal pesquisa apoiamo-nos em três principais elementos: 1) o fato de que o território de Vanuíre é originalmente Kaingang, ou seja, o território originário dos Krenak se encontra a mais de 800 km do território indígena onde se encontra o grupo focal do estudo; 2) Vanuíre configura-se hoje o

segundo principal território de expressão Krenak em função do número de agentes pertencentes a tal etnia, no entanto são poucos ou nulos os trabalhos que enfocam tal grupo e; 3) os Krenak são um povo de matriz caçadora, e a T.I de Vanuíre não possui capacidade geográfica de comportar tal atividade tanto em seus limites, quanto nos arredores tomados por propriedades monocultoras, sendo assim, a curiosidade por compreender a organização sócio-espacial de tal grupo frente ao panorama dado fundamenta a terceira justificativa desta (CARVALHO, 2019).

Logo no início do processo investigativo a relevância da mesma de evidenciou através do emprego metodológico da análise discursiva sobre todas as fontes e bibliografias relativas à temática por nós identificadas.

Enquanto postura política assumimos o que Catherine Walsh (2000, p. 15 - 16) apresenta a como decolonização um movimento teórico e político que tem “a intenção de provocar um posicionamento contínuo de transgressão e insurgência. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua”. Entendemos que o movimento decolonial deve compor documentos como este, um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir frente às versões históricas oficiais que, em via regra pregam o ocultamento de vozes e agentes históricos. Ainda enquanto postura política, demarcamos que, em diversos pontos deste documento será possível identificar conexões estabelecidas com o Relatório “Nossa Luta é Pela Vida. Covid-19 e Povos indígenas - O enfrentamento das violências durante a pandemia” produzido pelo Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena em parceria com a APIB organizações associadas.

Nesse sentido evocamos as observações elencadas por Chimamanda Ngozi Adichie em sua obra “O perigo de uma história única”, para pensarmos as estruturas de todos os materiais derivados deste processo investigativo, potencializando o alcance e a diversidade de narrativas acerca do fenômeno histórico dos desterramentos compulsórios e sucessivos direcionados ao povo Krenak.

A abordagem metodológica adotada foi a de uma pesquisa participativa pautada nos pressupostos da Pesquisa-Ação, que busca de forma conjunta com os agentes do processo investigativo, elencar as possíveis problemáticas de pesquisa, levantar informações e gerar conhecimentos científico-acadêmicos, também elaborando material de devolutiva aos diretamente envolvidos no processo de construção do saber (THIOLLENT, 1947).

Sobre a postura de pesquisa adotada, pontuamos que, a abordagem qualitativa se faz essencial, frente a necessidade de ater-se a elementos mais humanos e menos

numéricos (HOLZER, 1999). De igual modo a pesquisa de campo mostra-se essencial para o desenvolvimento pleno da pesquisa, sendo crucial para obtenção, apreensão e análise dos dados (CICOUREL, 1969).

Sobre a postura e estratégias adotadas para a atuação em campo, de acordo com Thiollent (1947, p.61), “uma pesquisa-ação pode abranger uma comunidade geograficamente concentrada (favela) ou espalhada (camponeses)”, de todo modo é preciso selecionar os informantes, processo que deve ser feito com cuidado e atenção aos riscos existentes entre cada forma de eleição. Escolhemos pela valorização de critérios de representatividade qualitativa que “na prática da pesquisa social, a representatividade dos grupos investigados se dá por critérios quantitativos (amostragem estatisticamente controlada) e por critérios qualitativos (interpretativa ou argumentativamente controlados)” (THIOLLENT, 1947, p.62).

Dessa forma havíamos selecionado um pequeno número de informantes de acordo com a relevância destes para o coletivo e em função do assunto que se investiga. Assumindo que tal escolha poderia gerar distorções relacionadas com as preferências individuais que, deveriam ser facilmente controladas e corrigidas por meio da discussão e a partir de comparações entre as observações obtidas em unidades significativamente diferentes.

Quanto ao processo de comunicação e escuta de narrativas, toda a preposição inicial teve de ser alterada devido as condições impostas pelo cenário pandêmico com agravamento do risco de exposição viral dos agentes da pesquisa, elemento este por nós apresentado nas páginas 12, 13 e 14. Desse modo, embora estivéssemos cientes das implicações e restrições derivadas do processo de escuta prenunciados por Bordieu (1997) findamos por realizar as entrevistas de maneira virtual.

Já o número de informantes que a princípio seria de um total de cinco, sendo quatro informantes envolvidos no cotidiano da T.I Vanuíre e um informante envolto na área de educação da região, findou por ser de apenas dois informantes, um pertencente a realidade da T.I Vanuíre e um pertencente a realidade do ensino infantil na região.

Das duas entrevistas realizadas, uma se deu com a Cacique Krenak, educadora e gestora cultural Lidiane Damasceno Krenak e outra com uma orientadora pedagógica do Município de Presidente Prudente que aqui chamaremos de Marina. Ambas entrevistas seguiram os pressupostos de Colognese (1998) acerca das entrevistas semi-diretivas, onde se estabelece um roteiro mais ou menos preciso, onde as perguntas e questionamentos são acerca de um tema geral e o informante discorre sobre ele da forma que melhor entender,

cabendo ao investigador então fazer intervenções de modo a explicitar ou retomar pontos que não tenham sido apresentados em riqueza de detalhes satisfatória para a pesquisa. Somada a escuta ativa de tais narrativas, existe a necessidade marcante do registro de áudio e imagem que, em ambos os casos foram autorizados com solicitação posterior de supressão de alguns conteúdos (**Anexo I**).

O modelo de escuta virtual trouxe consigo novidades marcantes para a forma de ler e interpretar as relações de poder existentes entre as partes, sobretudo, no que diz respeito ao acesso, apresentando assim a necessidade da construção de um novo modelo do fazer o registro de campo e coleta de narrativas (**Anexo II**), onde além do registro de impressões e vivências durante a coleta, são inseridas as principais informações cedidas de maneira pragmática, sem aberturas subjetivistas e observações como o mecanismo de escuta utilizados e empecilhos para realizar-se a mesma, ou ainda observações adicionais acerca do cenário onde se encontra a informante e os sons presentes durante a escuta.

Ainda nos utilizamos continuamente dos recursos de análise documental e levantamento bibliográfico, a fim de termos acesso às informações já produzidas (etnologias em formato acadêmico ou jurídico, historiografias diversas e ainda, legislações que tratem sobre a questão indígena no Brasil).

Conceitos

Antes de avançarmos para a apresentação da pesquisa em si, apresentamos aqui, um compilado dos conceitos que sustentaram e conduziram todo o processo investigativo e, ainda que de forma indireta compõem os debates que se seguirão.

Para o debate das temáticas que envolvem esta pesquisa, a revisão de alguns conceitos se faz indispensável. Muito embora, nenhum destes debates esteja encerrado, a apresentação deles é essencial para que possamos caminhar rumo uma comum compreensão dos processos que convergiram nas considerações acerca dos trabalhos desenvolvidos nesta pesquisa.

Caminhamos com o entendimento de que o território parte do elo entre os sujeitos analisados e o lugar com que se identificam, não sendo esse, necessariamente o lugar onde se encontram e, por desterritorialização, o processo de perda dessa ligação com territórios. Além disso, o território contemporâneo é fortemente marcado por conflitos de interesses pela terra e seus usos (NEVES, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2009; CARVALHO, 2019).

A territorialidade pode ser definida como o conteúdo do próprio território, suas relações sociais cotidianas que fornecem significado, valor e função aos objetos espaciais. Onde tais relações territorializadas estão associadas a diferentes usos do território e a desterritorialidade é, portanto, o resultado da desterritorialização, um processo de transferência total de fronteiras, raízes, centros de decisão e referenciais econômicos, políticos e culturais (IANNI, 1992; *apud* NEVES, 2002).

A pesquisa gira em torno do Território e de seus desdobramentos, mas para que estes sejam melhor aproveitados é preciso ter antes em mente como os povos tradicionais estabelecem suas relações com o Território, sendo assim, avancemos ainda nos debates acerca da compreensão de etnia e identidade étnica.

Paula Magalhães e Camila Nicácio (2017), apresentam o debate sobre identidade pautado na concepção de Gil (2013), onde "as identidades étnicas são construídas a partir da relação de grupos sociais com a delimitação de suas fronteiras ou limites" (GIL, 2013, p 33, *apud*, MAGALHÃES; NICÁCIO, 2017, p.12) e, apontam que para os Krenak é a sua relação com a natureza que os diferencia, uma vez que é considerada como um elo entre o mundo no que vivem e partem do “*marek*” (mundo espiritual), conduzindo-os a uma relação de cuidado e preservação da natureza. Essa relação é o motor da resistência e luta dos Krenak pela terra, pois é fundamental para a manutenção da cultura, identidade e sociabilidade Krenak (MAGALHÃES; NICÁCIO, 2017). Um debate semelhante é estabelecido por Comaroff e Comaroff (2011) ao apontar a etnicidade como elemento de reconhecimento de identidade, embora possa ser postulada como uma ferramenta do Capital para deslegitimar uma conquista ou direito de uma conspiração da sociedade, tornando-a banal.

Desse modo, a identidade étnica acaba sendo “uma identidade política capaz de assegurar quem tem o reconhecimento do outro e da marca de seu território, estabelecendo fronteiras, demarcando objetos e articulando o encanto do grupo organizado (CRUZ, 2007). Os atos culturais que esses sujeitos realizam são organizados por etnias (OLIVEIRA, 1976), que é vista como uma “linguagem que usa signos, que usa objetos culturais para produzir distinções nas sociedades em que está vigente” (CARNEIRO DA CUNHA, 1994, p. 130, *apud*, CRUZ, 2007, p. 22).

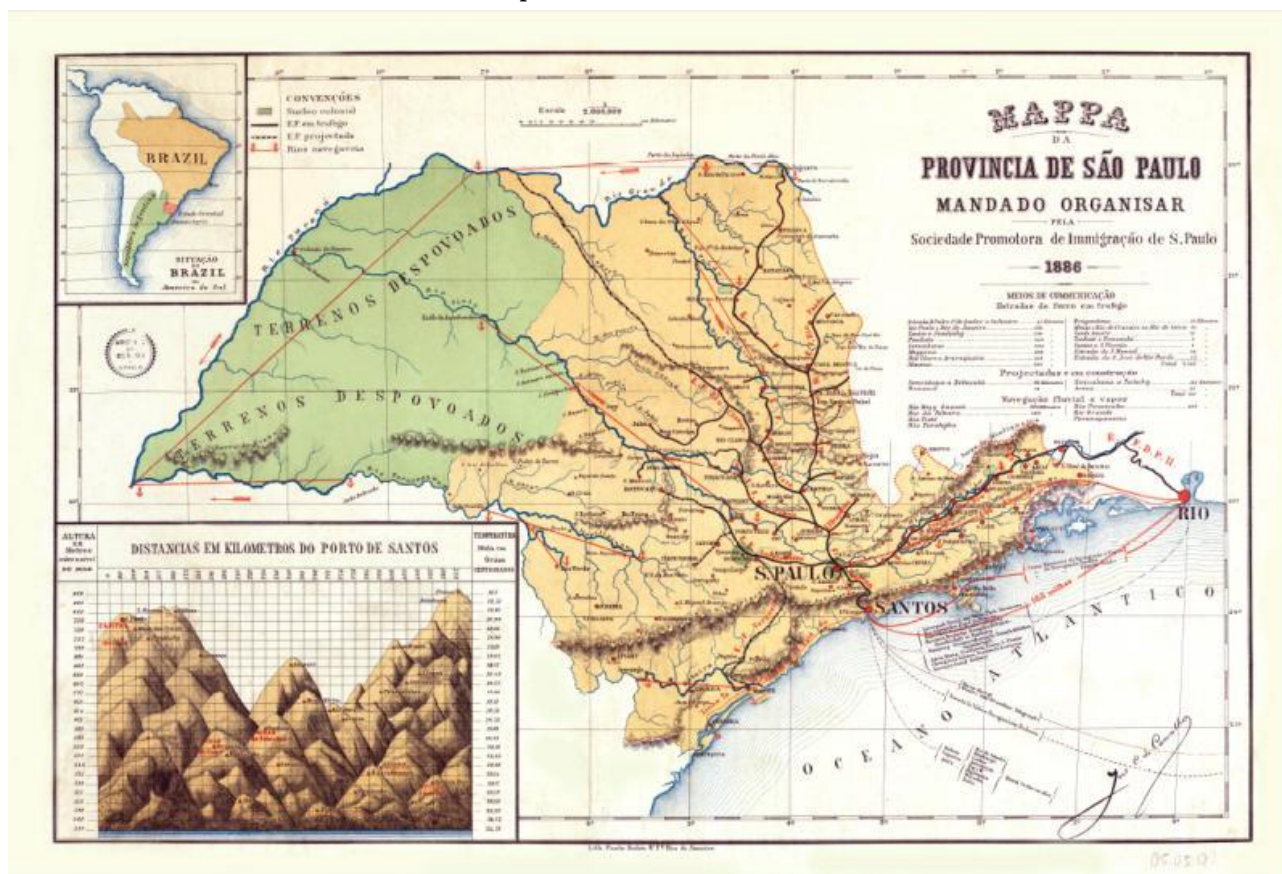
O território focal da pesquisa

Como já apresentado, o palco de desenvolvimento desta pesquisa foi a Terra Indígena Índia Vanuíre, localizada no Município de Arco Iris, no Estado de São Paulo, Brasil.

A Terra Indígena, localizada no Planalto Ocidental Paulista, entre os Rios Aguapeí e Peixe, área originalmente Kaingang que, foi fundada em 1916 após um violento processo de chacina dos povos da terra derivada do processo de “expansão territorial” na primeira década do Século XX (PINHEIRO, 1999).

As terras da região geomorfológica do Planalto Ocidental Paulista, eram consideradas despovoadas até o fim do Século XIX, como apresenta a (Figura 5) (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, s.d).

Figura 5: Província de São Paulo, 1886, com o traçado da ferrovia e seus ramais que tinham como ponto terminal o Porto de Santos



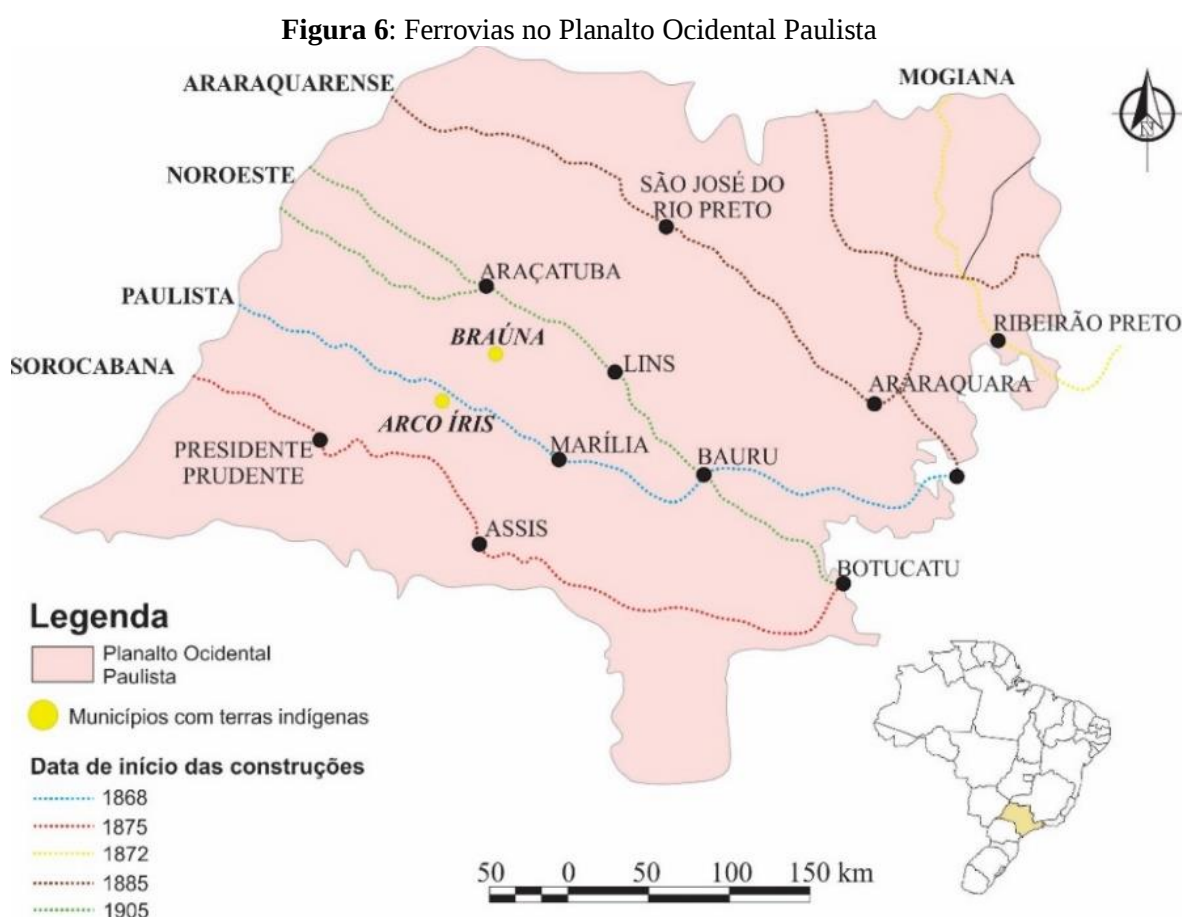
Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Acervo Apesp (s.d).

A Figura 5, datada do ano de 1886, destaca a região correspondente ao Planalto Ocidental Paulista pela cor verde, com os dizeres “Terrenos Despovoados”, comprovando a afirmação anteriormente realizada e, possibilitando que na atualidade seja questionada

a intencionalidade estatal ao representar cartograficamente tal região como sendo despovoada.

Ademais, pode-se afirmar que os primeiros quinze anos do Século XX foram intensos o suficiente para reduzir a população originária em torno de 80 por cento (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, s.d).

O processo ocorreu pelo avanço do café e do algodão sobre o território originalmente Kaingang e, atual território de Vanuîre que, só foi possível devido ao avanço das ferrovias que, ao garantir o escoamento da produção, viabilizou a ocupação e povoamento destas áreas, como apresenta a (Figura 6).



As Estradas de Ferro Sorocabana e Noroeste do Brasil desempenharam importante papel no etnocídio e na expulsão dos índios de forma violenta e indiscriminada (LEITE, 1998; RODRIGUES, 2007; FACCIO, 2019). Tal afirmação, reforça o fato de que “não havia nenhuma mediação do Governo entre os povoadores e os índios, e o meio encontrado para afastar o obstáculo era a dizimação dos silvícolas” (ABREU, 1998, p. 64).

O conflito entre os Kaingang e não índios intensificou-se no oeste paulista a partir do ano de 1905, com o início da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Enquanto os Kaingang defendiam o território onde viviam, os não índios lutavam pela posse privada das terras, motivados pela expansão cafeicultora.

Os Kaingang fizeram resistência contínua por meio de diferentes estratégias, variando desde a permanência em seus territórios tradicionais, muito embora estes coincidisse com o traçado do projeto das linhas férreas, até promovendo a destruição da linha do trem em construção para amedrontar os não índios. Ao passo que os não indígenas contratavam bugreiros para eliminar os Kaingang, por meio uso de armas ou contaminação por doenças - o que causou a morte em massa (RIBEIRO, 1970).

No início do século XX, a marcha do café para o oeste de São Paulo trouxe consequências violentas para os Kaingang que ocupavam esse território. Ocorriam constantes chacinas de aldeias inteiras e grande divulgação negativa dos Kaingang por meio da imprensa, com o objetivo de desvalorização das terras dominadas pelos indígenas, para posterior valorização para aqueles que as compraram. O extermínio não se completou graças à ação do SPI – Serviço de Proteção aos Índios e Índia Vanuíre. Desde então, a índia Vanuíre faz parte do imaginário da população da região, sendo considerada uma heroína. De acordo com a lenda, Vanuíre subia em um jequitibá de dez metros de altura, onde permanecia do nascer do dia ao cair da tarde entoando cânticos de paz. De fato, Vanuíre foi uma Kaingang trazida do Paraná pelo SPI, como estratégia de atração dos Kaingang da região para que fossem aldeados. Assim, ela atuou como intérprete, como outros. Ela simboliza o fim dos conflitos, em 1912, que resultou no aldeamento dos Kaingang em duas áreas restritas, hoje as Terras Indígenas Vanuíre e Icatu, localizadas respectivamente em Arco-Íris e Braúna (SP). A índia Vanuíre faleceu em 1918 em Icatu, onde viveu seus últimos dias (RIBEIRO, 1977, s.p).

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) garantiu um restrito espaço de subsistência aos Kaingang no oeste paulista, no início da segunda década do século XX. Porém, esse processo foi tardio, a ponto de os Kaingang na ocasião já serem considerados integrados, confinados em parcelas fragmentadas e reduzidas, estes “perambulavam de um lugar a outro, sempre escoraçados” (RIBEIRO, 1970, p. 235).

Muito embora o processo de “pacificação” dos Kaingang seja demarcado no ano de 1915, as investidas violentas contra esse povo permaneceram, de modo tal que se estima que 90% da população Kaingang foi exterminada entre 1905 e 1921 e ainda hoje lidam com distintas pressões não menos violentas pela disputa de terras e discursos.

Estabelecida a Terra Indígena Índia Vanuíre, os primeiros Krenak chegaram em 1956 e, a partir de 1973 passaram a deixar “Watu” (águas sagradas do Rio Doce) as

margens do Rio Doce no Estado de Minas Gerais para se juntarem aos Kaingang em Vanuíre, devido aos processos de deslocamento compulsório para o Município de Carmésia - MG na Fazenda Guarani ou confinamento no Reformatório Krenak, instalado em Resplendor - MG, no contexto da Ditadura Militar brasileira, onde eram presos e até torturados (PARAISO, 1989; PARAISO, 1998).

Vanuíre que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) possui uma superfície de 708,9304 (ha) e população de 210 pessoas, é tradicionalmente habitada por sujeitos da etnia Kaingang que representam quarenta por cento da população total da Terra Indígena e, recebe ainda sujeitos da etnia Krenak, representando vinte e cinco por cento da população local, além de dez por cento da população que apresenta dupla identidade étnica derivada de relações entre sujeitos pertencentes as duas etnias anteriormente citadas. Recebe ainda alguns sujeitos da etnia Terena, compondo sete por cento da população e, sujeitos das etnias Fulniô, Pankarau, Guarani, Aticum, e não-índios, somando dezoito por cento da população. Evidenciando assim que, sua constituição é resultado direto de diferentes tentativas estatais de desterritorialização e sua constituição territorial é múltipla (RODRIGUES, 2007).

O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA



A literatura específica dos Krenak é majoritariamente de teor acadêmico e ainda assim em número reduzido. A partir de uma pesquisa em plataformas de busca específicas com o uso do termo “Krenak” como filtro de busca, identificamos um total de 60 publicações, sendo a maioria destas concentradas nas áreas de saúde coletiva e linguística, além disso também observamos que as publicações se encontram concentradas em períodos específicos, podendo eles ser classificados em dois períodos, os anos de 1989, 1990 e 1991, anos imediatamente posteriores à promulgação da Constituição Federal vigente em nosso país, ocasião onde, Ailton Krenak, liderou um ato de denúncia, junto a tantas de outras lideranças indígenas e; os anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, anos imediatamente posteriores ao rompimento da Barragem de Fundão, no município de Mariana – MG que, afetou diretamente o povo Krenak (BDTD, 2020; CAPES, 2020).

Dentre as bibliografias identificadas, ainda é possível observar uma certa monotonia de fontes bibliográficas, onde todos os trabalhos se utilizam das mesmas fontes que, quando observadas possuem conteúdo pouco denso.

Sendo assim, apresentaremos aqui a trajetória do povo Krenak, a partir das informações amplamente divulgadas sobre tal etnia.

Os Krenak

O povo Krenak se autointitula como povo caçador-coletor, com fortes relações com “Watu”, pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. Eram chamados de Aimoré pelos Tupi e de Botocudo pelos portugueses. No século XVII, autodenominavam-se Grén ou Krén. Atualmente identificam-se como Borun (essência do ser). Para a sociedade brasileira eles são os Krenak, últimos sobreviventes dos Botocudos (PARAISO 1998, SILVA, 2009; TOME e CAMPOREZ, 2017).

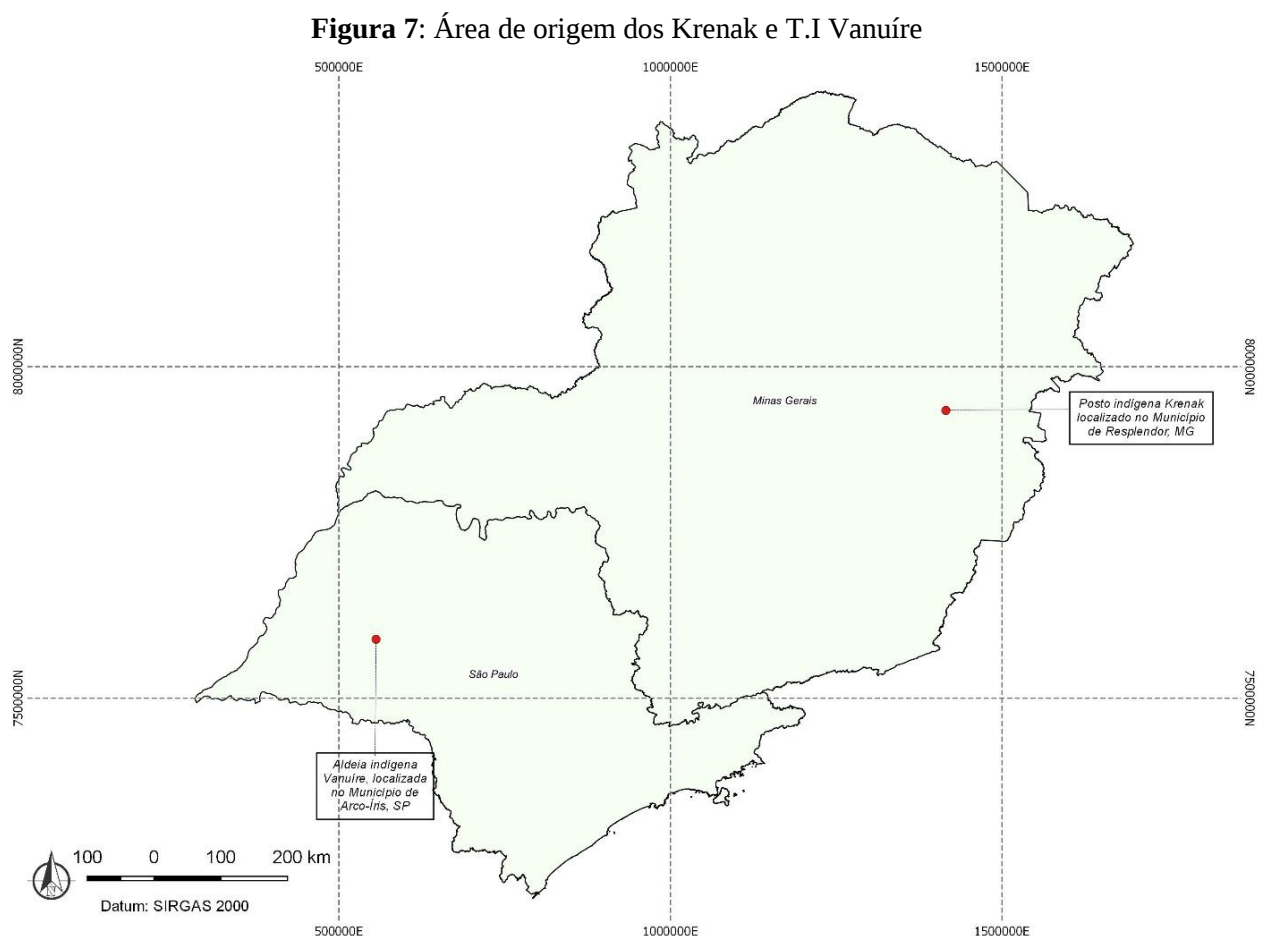
São reconhecidos como donos de um histórico pós-contato, repleto de atos de resistência ao processo violento e contínuo de desterritorialização e sua dizimação realizada pelo Estado e frentes “pioneiras”, desde o período colonial, quando no início do século XIX, D. João VI, declarou 'guerra ofensiva' a todos aqueles que não cooperassem com o processo de colonização (SILVA, 2009; OLIVEIRA, 1998).

Além disso, as tentativas de catequização e 'pacificação' da etnia Krenak constituíram-se em mais uma etapa, uma continuação da 'guerra ofensiva', onde estes (os Krenak), eram pressionados e induzidos a desocupar as margens do Rio Doce, no Estado de Minas Gerais, de modo a abrir espaço para o crescimento econômico regional por meio do avanço da pecuária sobre tal Território, juntamente com o avanço da atividade

mineradora. Assim, os Krenak se tornaram alvos de uma ofensiva estatal em prol do avanço nacional, com a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, no final do Século XIX e início do XX (SILVA, 2009).

Segundo a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), 2013, o grupo liderado pelos Krenak foi o último a negociar com as autoridades governamentais seu processo de 'pacificação' e 'civilização', ocorrido logo no início dos trabalhos do recém-inaugurado Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Em 1911, logo que firmaram acordo com o SPI, os Krenak foram agrupados, por este órgão, em uma área próxima ao Município de Resplendor, região leste de Minas Gerais, na Aldeia Guido Marliére.

Em decorrência do histórico de dispersões, os Krenak estão presentes em diferentes áreas indígenas. Porém, um dos grupos mais importantes está na T.I Vanuíre (território focal de nossa pesquisa), em Arco Íris, SP. Área muito distante das de origem (**Figura 7**), onde coabitam com os Kaingang e outras etnias em menor proporção (PARAISO, 1998).



Adaptado de: Silva (2009).

A Figura 7 apresenta o deslocamento dos Krenak que saíram do Município de Resplendor em Minas Gerais, área onde foram alocados pelo SPI indo para a Terra Indígena Índia Vanuïre no Município de Arco Iris no Estado de São Paulo. Tal figura demonstra muito mais do que o deslocamento humano de um grupo étnico, mas o deslocamento de uma cultura e de seus valores. Sobre o deslocamento dos Krenak para Vanuïre, Silva (2009), identifica que a relação entre estes sujeitos e seu Território se deu no campo da memória e da imaginação.

Embora o vínculo com o território seja profundo, a identidade de um grupo se manifesta além dos limites territoriais antes estabelecidos. A vinda dos índios para o Terra Indígena Vanuïre, não foi capaz de apagar o sentimento de pertença étnica. A identidade étnica que os define como índios Krenak não pode ser pensada como uma essência ou substância; ela é construída e reconstruída frente a um contexto (SILVA, 2009, p. 14).

O desenvolvimento desta pesquisa tem apontado para o fato de que sim, a relação dos Krenak com Watu se dá no âmbito da memória e imaginação, mas o Território de Vanuïre, muito embora não seja originalmente Krenak, atualmente também se caracteriza Território Krenak. As tentativas estatais de distanciamento dos sujeitos com suas bases culturais e Território original, não foram capazes de efetivar a desterritorialização dos mesmos e, o movimento de se fixar distante fisicamente das águas sagradas do Rio Doce, deu origem a um processo diferente de territorialização, onde o vínculo sagrado com o Território permanece intacto, mas as relações e afetividades estabelecidas durante o processo de resistência passam a compor a compreensão de Território.

Sendo assim, não se trata de um povo fixado distante de seu Território, mas um povo que, durante o processo histórico de lutas e resistências, tornou seu Território mais complexo, sendo composto então pela junção de seu Território original e seus Territórios de resistência, fenômeno esse verificável tanto na materialidade quanto na imaterialidade (**Figura 8**).

Figura 8: Dança tradicional executada pelos pequenos Krenak



Fonte: Acervo pessoal (2016).

A Figura 8, ilustra uma expressão cultural que se mantém, sendo a dança uma representação material e imaterial ao mesmo tempo. Embora o solo, as condições climáticas e mesmo o rio, não apresentem as mesmas características tidas em seu Território original, Vanuíre, proporciona que os seus construam diariamente sua identidade, enquanto donos da terra, haja visto que, devido à uma série de acontecimentos históricos, atualmente pertencem à uma etnia em Território descontínuo. O afeto e a sintonia com a natureza se tornaram mais complexos, no qual o ‘estar’ fisicamente não determina o ‘ser’.

A constituição do Território Krenak não está acabada, visto que em cada ponto de resistência, ainda existem atritos que geram novos movimentos de resistência, proporcionando a expansão do Território já anexado e a retomada legal de parcelas do Território original que, durante o processo foram privatizadas.

A partir deste momento, será apresentada uma breve síntese das pautas vivenciadas pelos Krenak que vivem no Terra Indígena Krenak e na Terra Indígena Índia Vanuíre, na busca por coletivamente aproximar-se da real dimensão acerca do debate territorial para os Krenak na atualidade.

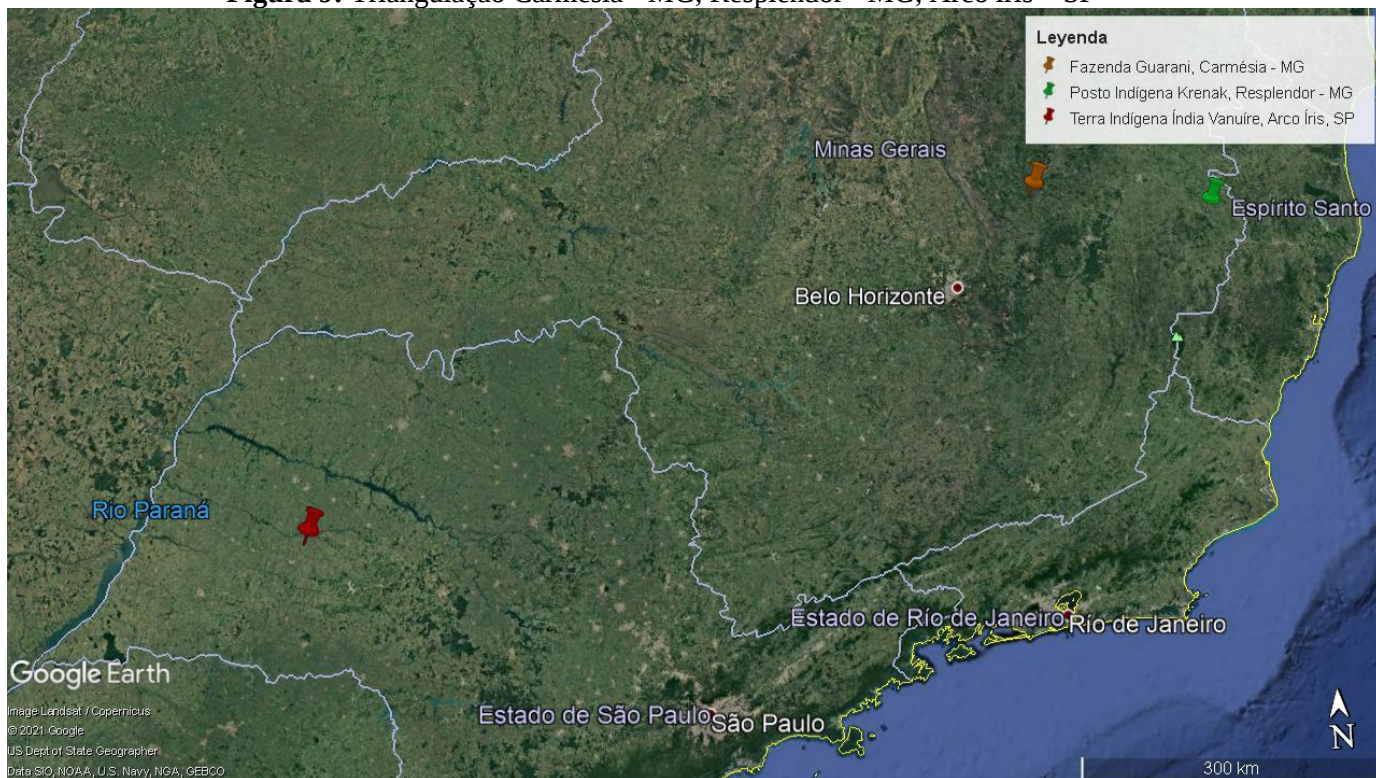
O Povo Krenak na Terra Indígena Índia Vanuíre, Arco Iris – SP

Os Krenak que se encontram na Terra Indígena Vanuíre, lidam com uma situação igualmente complexa. Distantes de “Watu”, os primeiros chegam no ano de 1956, período imediatamente posterior a descoberta de uma mina de mica no centro das terras de Resplendor, o que gerou tumultos e processos jurídicos pela reversão da doação das terras, ambos encaminhados sob a liderança do capitão-reformado do exército brasileiro Arlindo (PARAISO, 1989).

Posteriormente, já no contexto do período ditatorial, os Krenak passam a eleger Vanuíre como uma opção possível, frente ao deslocamento compulsório para a Fazenda Guarani, local onde viviam com etnias rivais e que não oferecia nenhuma condição de subsistência e manutenção cultural, sendo assim, a partir de 1973, Vanuíre passa oficialmente a ser o destino daqueles que não queriam permanecer no Município de Carmésia, mas não tinham condições ou mesmo não sabiam que era possível retornar para Resplendor (PARAISO, 1989).

Tais dados apontam para um processo intenso e contínuo de deslocamentos forçados deste povo ao longo da história da nação, conhecida atualmente como Brasil, como evidencia a (Figura 9).

Figura 9: Triangulação Carmésia - MG, Resplendor - MG, Arco íris – SP



Fonte: A autora (2021).

A Figura 9 apresenta o ponto de partida dos Krenak em Minas Gerais, em direção à Terra Indígena Índia Vanuíre em três diferentes momentos históricos.

O primeiro momento referente às constantes pressões para que os Krenak perdessem o direito as suas terras, devido a descoberta de uma grande mina de mica, onde alguns saíram em direção à Vanuíre, cerca de oitocentos quilômetros de distância de seu território original. O segundo momento demarcado pelo deslocamento compulsório do grupo para o Município de Carmésia – MG, distante em cerca de trezentos quilômetros de seu território original e sem condições de manter suas práticas culturais. O terceiro momento imediatamente após tal deslocamento compulsório, onde parte do povo Krenak deixa o Município de Carmésia em direção a Vanuíre.

Vanuíre, constitui-se em um território originalmente Kaingang e extremamente reduzido de 708,9304 ha. Vivem em uma área envolta pela cultura de cana-de-açúcar e algumas roças de amendoim, todas tratadas com fertilizantes químicos e inseticidas (CARVALHO, 2019).

Devido ao restrito território as fragilidades derivadas das culturas realizadas nas áreas de entorno, encontram-se impossibilitados de caçar e coletar frutos, estando fragilizados e expostos a violências e retiradas de direitos por parte do Estado e dos proprietários de terra das redondezas que, por vezes, já os utilizaram como força de trabalho em períodos específicos de suas produções. Apesar disto, seguem realizando suas práticas e manifestações culturais na medida do possível, resistindo e perpetuando a cultura (CARVALHO, 2019).

A organização da Terra Indígena Índia Vanuíre é composta por duas lideranças, sendo um cacique pertencente a etnia Krenak e, o outro vice-cacique, pertencente a etnia Kaingang. Tal arranjo político, explicita a expressividade da presença dos Krenak dentro do território de Vanuíre.

Em oportunidades de visitas à comunidade, durante a realização da disciplina de Antropologia com alunos do primeiro ano de geografia da Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” nos anos de 2016 e 2017, permitiram-nos constatar que, os Krenak, assim como boa parte dos grupos étnicos originários, tem sua identidade indígena questionada, devido a adoção de religiosidade Abraâmica protestante neopentecostal por grande parcela do povo Krenak ali presente.

Por fim, tem se observado um grande esforço dos mais velhos levarem os jovens e crianças para visitarem o Terra Indígena Krenak, na tentativa de que esses conheçam o

Rio Doce, enquanto este ainda consegue seguir minimamente vivo e, que estes também se lembrem do motivo de seu povo permanecer em luta.

O Povo Krenak na Terra Indígena Krenak, Resplendor – MG

Ao longo de sua história de resistências, os Krenak foram retirados de sua área original em benefício das classes dominantes locais (mineração e pecuária). Contam com um Território demarcado de 4.000 ha, uma pequena porção de seu Território original que, até novembro de 2015, ocasião do rompimento da Barragem do Fundão, no Município de Mariana – MG, conseguiam manter suas práticas tradicionais, relacionando-se com as águas sagradas no cotidiano, utilizadas para consumo, banho, lazer, transporte, lavagem de roupas e recipientes, uso cerimonial e ritualístico, além da pesca (TOME; CAMPOREZ, 2017; CORREA, 2016).

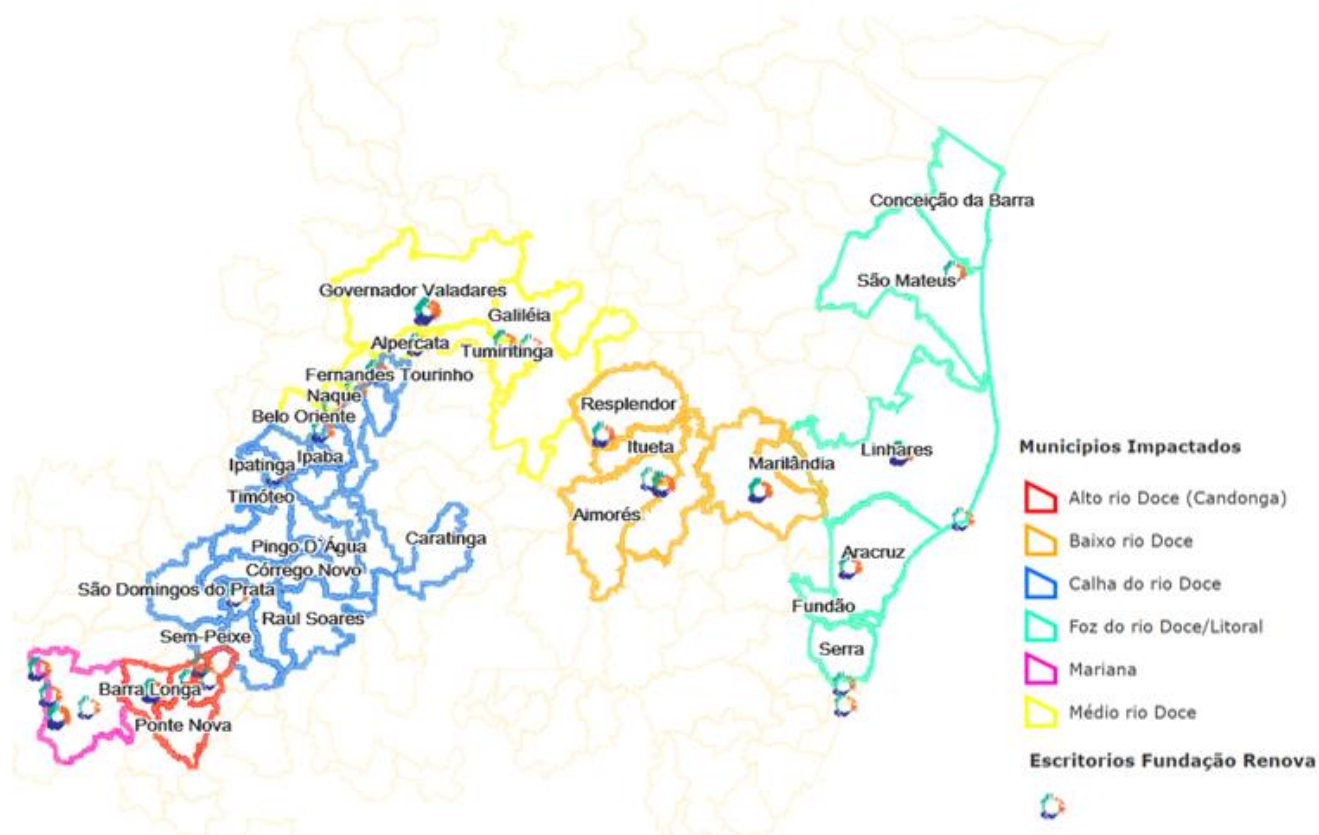
Atualmente encontram-se em profundo adoecimento psíquico e orgânico. Além da impossibilidade de manter a relação anteriormente existente com as águas do Rio Doce e passando a depender do abastecimento de caminhões pipa e carregamentos de água mineral, o povo Krenak também foi prejudicado no que diz respeito a caça que morre após consumir a “água” (lama contaminada); no que diz respeito ao artesanato, uma vez que as sementes apodrecem em contato com a água contaminada e os pássaros já não visitam as árvores, tornando ainda mais difícil o repovoamento das mesmas em áreas não afetadas. No âmbito da saúde, a partir do rompimento da barragem, o número de doenças infectocontagiosas disparou, sobretudo no que diz respeito às doenças de pele, do trato digestivo e doenças derivadas do acúmulo água em recipientes de plástico como a dengue (TOME; CAMPOREZ, 2017; CORREA, 2016).

Cabe ainda pontuar que, os trabalhos de ressarcimento aos atingidos pelos rompimentos de barragem foram assumidos pela Fundação Renova, coordenada pela própria empresa responsável pelo crime ambiental. Como medidas de ressarcimento foram construídas casas de alvenaria que não respeitam a singularidade cultural do povo Krenak, foram doadas seis cabeças de gado por pessoa, sem se quer pensar em que água este gado consumiria e foi estabelecido um sistema de fornecimento de água mineral sem planejamento do descarte destas garrafas plásticas. A soma destes elementos afasta os Krenak da possibilidade de manutenção cultural, impossibilitando-os de materializar sua cultura e identidade e negando sua compreensão de mundo (TOME; CAMPOREZ, 2017; GUERRA, 2016; VALE, 2016).

Quando buscado na rede de transparência “Arquivos e Relatórios” do portal da Fundação Renova, não foi obtido nenhum resultado relacionado as seguintes palavras-chave: indígenas, Krenak, Resplendor e, índios.

Enquanto, ao buscarmos pelo ‘Mapa de Atuação da Fundação Renova’, contido na mesma plataforma, observamos que o Município de Resplendor – MG, não só faz parte do Programa de atuação do Baixo Rio Doce, como também conta com um escritório da empresa na sede do município (**Figura 10**) (RENOVA, 2020).

Figura 10: Mapa de Atuação da Fundação Renova



Fonte: RENOVA (2020).

Tais desencontros de informações identificados dentro da mesma plataforma digital, nos indicam um possível processo de ocultação das ações contidas e executadas através dos projetos da empresa em questão, evidenciando assim, a necessidade de maiores buscas em torno da questão, assim como buscas específicas dentro da plataforma de modo a reunir o máximo de material correlacionado.

Outra pauta urgente para os Krenak de Resplendor é a recuperação do Território Sagrado dos Sete Salões e a anistia coletiva do povo. Tais elementos passam a compor a luta do povo Krenak a partir da década de 1970, durante o período colonial quando os

Krenak foram forçados a deslocarem-se para a Fazenda Guarani no Município de Carmésia, distante em mais de trezentos quilômetros das águas de Watu (GUERRA, 2016; CORREA, 2016; CORREA, 2000).

Nesse período, no Município de Resplendor foi instalado o Reformatório Krenak, uma cadeia para onde eram levados em detenção sem julgamento prévio, indígenas de diferentes etnias e lá, eram expostos a trabalho forçado e mesmo sessões de tortura. Para aqueles que permaneceram em Resplendor, o controle era extremo, qualquer atividade não reportada previamente, mesmo o consumo de bebidas alcoólicas por parte daqueles que ali viviam, era considerada contravenção e estes eram presos por vadiagem. Outro ponto a se considerar está na instauração da Guarda Rural Indígena que, era um policiamento de repressão executada por indígenas, fato que em si já demarca uma grande violação as diferentes culturas indígenas do Brasil (GUERRA, 2016; CORREA, 2016; CORREA, 2000).

O período ditatorial no Brasil encerrou-se e, com ele, as atividades do Reformatório Krenak, mas os impactos de sua existência seguem até hoje. Aqueles presos durante o período não receberam anistia estatal; o fato de que aqueles que foram mortos e não puderam passar pelo rito fúnebre, não permite que seus descendentes passem por tal rito, impossibilitando o fim do ciclo de vida de todas as gerações futuras e, por fim, no processo de demarcação oficial das terras Krenak, o Território Sagrado dos Sete Salões não foi incorporado, não possibilitando o acesso dos Krenak a seu espaço de orações e refúgio espiritual (GUERRA, 2016; CORREA, 2016; CORREA, 2000).

Sobre o Território Sagrado dos Sete Salões, Lidiane, uma mulher Krenak que vive em Vanuíre, durante aula aberta no ano de 2017, ressaltou a importância do lugar para seu povo. Uma estrutura rochosa, composta por sete salões cavernosos e cortada pelo Rio Doce, é tida como local de refúgio espiritual, de reconexão com a Natureza, onde cada um de seus salões contém gravuras, pinturas rupestres, e registros escritos do período ditatorial e situações vivenciadas no Reformatório Krenak. Lidiane relata que à medida que se adentram os salões, as dificuldades de percurso aumentam, mas que atingir o sétimo salão é também atingir a espiritualidade, sendo então um esforço compensatório.

Os problemas derivados do período ditatorial ainda correm em justiça, por meio do Pedido de Anistia Coletiva¹ gerado pelo Ministério Público no ano de 2015 (GUERRA, 2016; CORREA, 2016).

Quanto custa a Vale para os povos do Rio Doce?

O interesse pelas reservas minerais no Brasil surge muito antes da Vale do Rio Doce. Basta retomar o fato de que, desde as primeiras “Cartas à Coroa Portuguesa” a busca por pedras e metais preciosos se faz presente nos documentos ainda no século XVI (OLIVEIRA, 1998).

Em 1697 é encontrada a primeira jazida de ouro em Taubaté. Tal descoberta foi relevante o bastante para alterar toda a lógica de fluxo migratório Colônia X Metrópole, além é claro de modificar o fluxo de migração compulsória de força de trabalho, quando não só o comércio de pessoas escravizadas cresceu e valorou-se como o direcionamento laboral destes também se alterou, deixando de ser voltado para as zonas interioranas e, passando a interiorizar-se para atender a demanda por força-de-trabalho para exploração das minas (VALE, 2012; MUSEU VALE, s.d).

As principais reservas minerais identificadas estavam na área hoje compreendida pelo estado de Minas Gerais. A exploração destas minas foi tão intensa que, se fez necessária a criação de um sistema logístico para escoamento da produção aurífera do estado (VALE, 2012).

A criação destes sistemas de logística afeta diretamente as comunidades já fixadas nas áreas por onde vem a se delinear o traçado das ferrovias inicialmente e posteriormente rodovias. No caso do Vale do Rio Doce, a construção da malha férrea inicia-se em 1902, com a construção da Estrada de Ferro Vitória Minas (ESVM), onde buscava-se inicialmente garantir o escoamento da produção cafeeira do Vale do Rio Doce para região portuária do Estado de Espírito Santo (VALE, 2012; MUSEU VALE, s.d).

Posteriormente, em 1908, seu intuito modificou-se para também atender o escoamento da produção exploradora dos minérios de ferro recém-descobertos da região de Itabira, resultando no aumento do traçado férreo que, foi de um traçado inicial de trinta quilômetros e três paradas em 1904 para seiscentos e sessenta e quatro quilômetros e trinta paradas em 1994 (VALE, 2012; MUSEU VALE, s.d).

¹ Extingue coletivamente os efeitos penais (principais e secundários) daqueles criminalizados em decorrência de manifestarem se culturalmente durante o período ditatorial. Refere-se a Nota Técnica nº 03/2017.

A exploração mineradora em Território nacional é posterior ao ciclo do ouro. Toma forma em 1907 quando cria-se o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB). Quase imediatamente após sua criação, identifica-se a grande reserva de Hematita no Município de Itabira – MG, do Tupi pedra (ita) que brilha (bira) e a exploração econômica da mesma é automaticamente visada a ponto de alterar o traçado férreo, como anteriormente apresentado (VALE, 2012).

No ano de 1909 funda-se o Sindicato Brasileiro da Hematita (Brazilian Hematite Syndicate). O surgimento do Sindicato Brasileiro da Hematita é um marco importante para a compreensão das políticas estatais de desterro do Povo Krenak, devido aos interesses econômicos das elites locais dominantes. Isso porque a descoberta das reservas minerais, atraiu os interesses comerciais de exploração da região e encontrou nos povos originários um obstáculo à industrialização e ao avanço da economia nacional (VALE, 2012; MUSEU VALE, s.d).

Dois anos mais tarde, sem ter adquirido o direito de exploração e comércio, o Sindicato Brasileiro da Hematita é integralmente adquirido pelo estadunidense Persival Farquhar, tornando-se a Itabira Iron Ore Co. Em 1920, Persival Farquhar consegue a concessão de atividade para a Itabira Iron Ore Co. pelo então Presidente Epitácio Pessoa, pelo documento que ficou conhecido como ‘Contrato de Itabira’ e começa então a investir na expansão e eletrificação do traçado férreo (VALE, 2012).

É sabido que investimentos em infraestrutura básica como é o caso do investimento em expansão das linhas férreas, demanda uma série de outras estruturas e logísticas, tais quais a necessidade da criação de alojamentos para os trabalhadores e estruturas comerciais para satisfação das necessidades destes, sendo assim, este tipo de investimento auxilia no surgimento de Vilas que podem ou não se tornar Municípios (ISTOÉ 200?).

É o caso do Município de Resplendor que tem sua história de povoamento inicialmente atrelada a relação entre os Aimorés (do tupi, gente da mata) e o francês Guido Marlière no final do século XIX. Em 1910, a região já repassada aos agricultores da região passou a ser atendida pela ESVM, onde o surgimento de dois entrepostos² (Crenaque e Resplendor) foi responsável por impulsionar a economia e o aumento populacional de modo tal que, Resplendor surge como distrito pertencente ao Município de Caratinga – MG em 1911 e se emancipa em 1938 (COELHO, 2009).

² Entre postos, estrutura estrategicamente localizada, instalada para armazenar produtos e/ou ferramentas (VALE, 2012).

Atentamos aqui que, neste processo, não se questionam os impactos de tais empreendimentos na realidade daqueles que já estão fixos em seus Territórios, Territórios estes que vem a ser cortados por tais empreendimentos, neste caso especificamente, os impactos na realidade dos grupos originários da região (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS, (a) (b), s.d.).

Dizemos então que, embora o entreposto ‘Estação Crenaque’ tenha sido inaugurado em 1926, a interferência do empreendimento na relação dos Krenak com seu Território e natureza é anterior, podendo ser relacionada desde seu planejamento. Percival Farquhar não obteve sucesso, devido a entraves criados pelo então governador de Minas Gerais, de modo tal que a produção só começasse a escoar de fato, após 1º de junho de 1942 quando Getúlio Vargas encampa as reservas de ferro que pertenciam a Persival Farquhar e cria com elas, em junho de 1942 a empresa estatal de capital misto “Companhia Vale do Rio Doce”, companhia que assume o compromisso de fornecer minério de ferro para os Estados Unidos da América do Norte e Inglaterra, durante a Segunda Guerra Mundial, compromisso este firmado por meio dos Acordos de Washington (VALE, 2012; ISTOÉ, 200?; ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS, (a), s.d).

Sobre a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Fundação Getúlio Vargas discorre que:

Parte de um projeto de desenvolvimento econômico mais amplo que visava à industrialização do país, o surgimento da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) se relaciona com o da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Assim como a CSN, a CVRD continuou se fortalecendo ao longo dos anos. Na década de 1950, consolidou sua posição no mercado mundial. Nas duas décadas seguintes, houve uma diversificação considerável de suas atividades, que passaram a incluir a construção e exploração do porto de Tubarão, próximo a Vitória (ES).

Foi em 1961 que Eliezer Batista, então Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, tornou-a internacionalmente conhecida, firmando contratos de fornecimento de minério para as indústrias japonesas, a partir de uma logística de transporte baseada na integração ferroviária da produção ao Porto de Tubarão – ES (inaugurado em 1966), a região torna-se referência internacional no beneficiamento de minério e aço (**Figura 11**) (FGV, 2017; VALE, 2012).

Figura 11: Relação entre as siderúrgicas e a malha férrea



Fonte: ISTOÉ (200?)

A Figura 11, ilustra a forte correlação entre a malha ferroviária e as indústrias siderúrgicas entre 1941 e 1964. É possível observar ainda que, o Estado de Minas Gerais consolidou-se como importante produtor e exportador de minério de ferro e o Vale do Rio Doce que, já fora importante produtor de café, agora também é trecho essencial para garantir a econômica logística de escoamento da produção (ISTOÉ, 200?).

Atualmente sabemos que a hidrografia local também fora utilizada para lavagem dos minérios extraídos na área, importante informação para entendermos o porquê de em 2015, o rompimento da Barragem de Fundão, localizada em Bento Rodrigues (distrito do Município de Mariana – MG), embora estivesse distante em cerca de quatrocentos quilômetros por água do Município de Resplendor, tenha tanto afetado esse município. Atualmente, os impactos causados não foram sanados e as indenizações não foram totalmente pagas, ainda assim a Samarco/Vale recebeu no fim do ano passado, liberação para reiniciar suas atividades em Mariana (AGENCIA, 2019).

Em 2009, anos antes dos rompimentos das barragens da Vale, o seguinte excerto é apresentado em relação aos interesses econômicos e o Povo Krenak:

Durante trezentos anos, a região leste do Estado de Minas Gerais não podia ser devassada. A Coroa portuguesa impedia a passagem direta da região das minas até o litoral, para evitar o contrabando de ouro e diamantes. Criou-se, assim, o chamado "sertão do leste". Com o esgotamento das minas, no fim do século XVIII, tornou-se indispensável derrubar e explorar a Mata Atlântica e exterminar os chamados índios "botocudos", que enfrentavam os colonizadores. Houve, portanto, o genocídio dos índios. Atualmente, as comunidades indígenas estão renascendo e se fortalecendo, exigem respeito pela sua identidade étnica e o atendimento de suas necessidades (COELHO, 2009).

O trecho reafirma que desde o Brasil colônia, os interesses econômicos das elites dominantes se sobrepunham aos interesses das 'minorias', principalmente se estas se referirem à Povos originários ou Povos escravizados (OLIVEIRA, 1998).

A partir destas reflexões, consideramos que não só a Vale, mas toda a lógica de exploração desmedida da natureza, tornando todos seus componentes em recursos, custou a vida do Rio Doce e de todas as espécies animais que nele viviam; a vida de centenas de milhares de indígenas e; a vida de parcela dos afetados pelas barragens. Custou a manutenção econômica de centenas de famílias; a manutenção das memórias, afetos e, práticas culturais de todos aqueles que dependem do rio (TOME; CAMPOREZ, 2017; GUERRA, 2016; CORREA, 2016; COELHO, 2009).

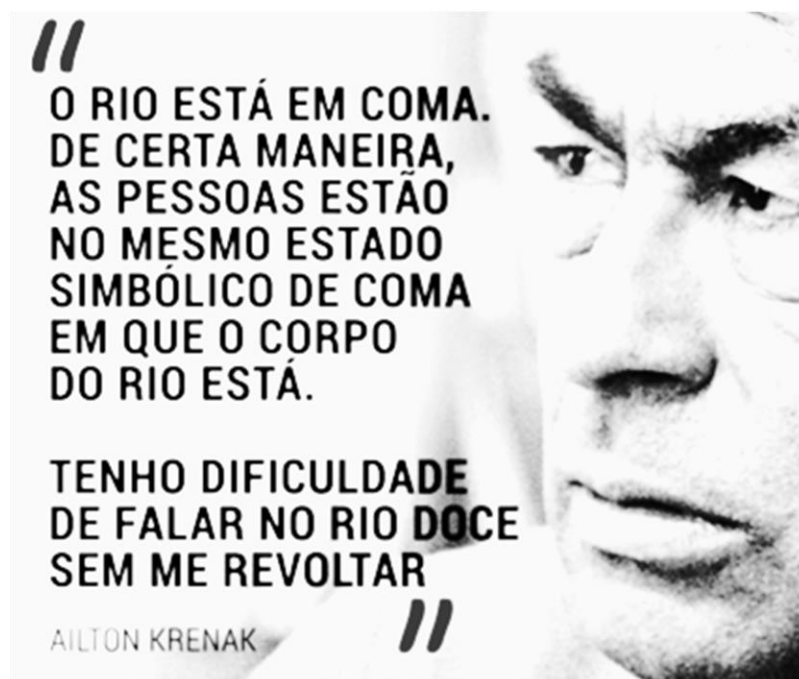
Em contraposição a tal lógica de exploração desmedida da natureza e sua energia vital, chamada pelos detentores do capital de recurso natural, temos a compreensão dos Krenak, representada pelo autor expoente Ailton Krenak:

Está tudo parado. Quando engenheiros me disseram que iriam usar a tecnologia para recuperar o Rio Doce, perguntaram minha opinião. Eu respondi: "A minha sugestão é muito difícil de colocar em prática. Pois teríamos de parar todas as atividades humanas que incidem sobre o corpo do rio, a cem quilômetros da margem direita e esquerda, até que ele voltasse a ter vida". Então um deles me disse, "Mas isso é impossível, o mundo não pode parar". E o mundo parou. [...] basta olhar em volta. O melão-de-são-caetano continua a crescer aqui do lado de casa. A natureza segue. O vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. Quem está em pânico são os povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise. É terrível o que está acontecendo, mas a sociedade precisa entender que não somos o sal da terra. Temos que abandonar o antropocentrismo (KRENAK, 2020, s.p).

Essa compreensão tira do foco o avanço tecnológico em nome da produção de capital para poucos e, coloca a natureza e seu equilíbrio no centro da questão acerca da manutenção da vida da espécie humana, indicando que quando a natureza atinge um limite, como aconteceu com o parente Rio Doce, ou a humanidade estabelece parâmetros para o restabelecimento do equilíbrio natural, ou a natureza em sua sabedoria, encontrará uma maneira de forçar uma pausa para reestabelecer seu equilíbrio.

A HISTÓRIA CONTADA PELOS KRENAK





Fonte: APIB (2020).

No capítulo anterior apresentamos o panorama geral do que conhece e entende por ‘Povo Krenak e sua trajetória’. Ali antecipamos três documentos que partilham de uma perspectiva mais aberta e dá espaço de fala aos Krenak de Resplendor – MG, são as produções de Correa (2000); Correa (2016); Guerra (2016) e Krenak (2020).

Neste capítulo retomaremos estes autores e evocaremos outros agentes históricos que elevaram suas vozes e se fizeram ouvir nos últimos tempos, em relação as questões indígenas e as questões do povo Krenak especificamente.

“Minha história é a história do meu Povo”

Segundo dados do IBGE (2000), 48.720 pessoas residentes em Minas Gerais identificavam-se como indígenas, sendo 37.760 referentes à população urbana e 10.960 à rural, representando 0,27% da população residente no Estado. Já para a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que considera apenas índios que residem em territórios indígenas demarcados, a população indígena de Minas Gerais seria em torno de 7.500 pessoas, frente às centenas de milhares que viviam até o século XIX. Ainda segundo a FUNAI, hoje, os cerca de 220 diferentes povos indígenas no Brasil somam mais de 800 mil pessoas, que falam 180 línguas distintas. Os índios vivem nos mais diversos pontos do território brasileiro, e são um exemplo concreto e significativo da grande diversidade cultural existente no país, uma vez que seus antepassados contribuíram 73 em muitos aspectos com suas diversificadas culturas para a formação do que atualmente se chama Brasil (FAE, 2012, p.72).

Tal variação de dados, se dá pelo mecanismo de quantificação e controle dos distintos dispositivos governamentais, cada qual com uma política de gestão implícita e própria de seu funcionamento. Os dados derivados da FUNAI e acima reunidos, destoam em muito do que afirma em entrevista Lidianne Damasceno, professora, gestora cultural e Cacique Krenak da T.I Vanuíre.

Quando questionada acerca de sua compreensão do que vem a ser o território Krenak, Lidianne afirma “minha história é a história do meu povo, o lugar eu tô fala da minha identidade do mesmo jeito que o lugar dos meus ancestrais”. Segundo ela

O que eu entendo de território tem muito a ver com ancestralidade, muito a ver com o passado. Porque eu não sei se você entende, mas quando você sai da sua casa, de junto dos seus pais, daquele lugar onde você nasceu e cresceu e, você sabe que teve uma história, teve todo um passado na sua vida. Aí, você sai, seja pra uma faculdade, pra vida e vai criando vínculos, afetos, raízes nesse outro lugar, mas você não esquece o lugar de onde você vem, o lugar que você pertence. Então pra mim, o meu território é aqui, na Aldeia Vanuíre, meu lugar, onde eu construí minha vida junto com os meus e a Aldeia Krenak, o território Krenak, tá lá, é Território Sagrado, de onde saiu minha história, da onde saiu minha existência. Como eu posso explicar pra você, ah, é um lugar nosso. Tem sua importância espiritual, tem sua importância histórica, tem a importância da minha formação, da memória da minha família, então, lá é mais um lugar, muito importante, do nosso território. Agora, o que eu tô construindo aqui em Vanuíre, junto com a minha família, junto com os outros Krenak que vieram pra cá, que nós demos as mãos pros Kaingang que também estavam sofrendo, porque o sofrimento não é maior ou menor, o sofrimento é o mesmo, só muda a etnia [...] então assim, foi aqui que a gente teve força pra lutar, pra manter nossa cultura, resgatar a cultura que tinha se perdido no tempo e pela distância e, revitalizar também, de certa forma a aldeia, porque a aldeia tava muito morta na questão cultural, até 1970, 1980 mais ou menos, você não podia se manifestar no ponto de vista cultural [...] e a dor desse apagamento fez com que os mais velhos não passassem todos os conhecimentos pra nós. Isso foi ficando no esquecimento, até que a gente sentiu a necessidade de revitalizar esse conhecimento e, os mais velhos nos ajudaram, dentro do que eles conseguiam falar e, a gente tá construindo esse novo espaço disso tudo né. Então pra mim, território é o lugar que eu tô, o lugar que eu construí, o lugar que eu me formei como pessoa, como profissional. Já territorialidade pra mim é meu marco. De onde eu vim, eu existo porque eu e meus ancestrais saímos de um lugar específico, sagrado, tem uma história. E pra mim é ter um vínculo com a natureza, com o passado e fortalecer o futuro.

Se o território diz sobre as relações de pertencimento individual somado ao reconhecimento de si na construção objetiva da realidade; se a territorialidade dita sobre o pertencimento, relação ancestral subjetiva e ao mesmo tempo histórica. O Território

Krenak é a junção do território de cada Krenak com o território sagrado, origem de todo ser e essência Borun.

O Território Krenak é então compreendido por ela como o conjunto de espaços onde se constroem a identidade e a vida Krenak, então a territorialidade Krenak tem duas áreas, uma do espaço vivido, das relações cotidianas de pertencimento e construção familiar, outra do espaço ancestral, a dos que vem todos aqueles que compartilham tal identidade étnica, têm suas origens míticas e ancestrais fundadas nas terras sagradas de tal território. Com base nessas afirmações, arrisco afirmar que para a cultura Krenak é um elemento intrínseco do território e se explicita desde a origem mítica das pessoas e suas relações com a natureza do território de origem até a conformação da identidade no cotidiano, onde quer que seja. O território Krenak é descontínuo, pois está continuamente conectado por relacionamentos afetivos.

Dentre as informações apresentadas por Lidiane, o histórico de desterramentos se faz um elemento importante na compreensão do apagamento das vozes Krenak. Diferente do que a história amplamente veiculada afirma, o povo Krenak já havia sido levado até Carmésia antes da década de 1970. De acordo com ela, quando os Krenak foram removidos para o Posto Macaxali, uma parte do grupo havia sido encaminhada pela primeira vez à Carmésia.

Sua família compõe o primeiro grupo de Krenak a chegar em Vanuíre ainda na década de 1950, onde seu tio-avô foi ainda na década de 1930, ocasião do primeiro deslocamento dos Krenak para o Posto Macaxali e para a Fazenda Guarani. Seu tio, haveria ido para Vanuíre por não mais aguentar o sofrimento do povo Krenak, e foi viver em Vanuíre com sua família. Infelizmente o cenário em Vanuíre, não estava muito melhor, já que a Terra Indígena recém fora demarcada ainda enquanto Posto Indígena e os chefes de posto da SPI e posteriormente da FUNAI, estabeleciam com os residentes uma relação de subserviência análoga à escravidão como relatam as denúncias do Relatório Figueiredo. A partir destes elementos Lidiane declara:

Os funcionários da FUNAI que na época era o SPI, é um dos grandes colaboradores para extinção de vários povos indígenas, o que era para proteger na verdade acabou ajudando no extermínio dos povos indígenas. Isso eu falo sem receio nenhum, muitos parentes também têm essa sabedoria, que eles foram os grandes escravizadores, genocidas dos nossos grupos. Só mudou o nome né, de SPI foi pra FUNAI, até porque, com a mudança de nome os chefes de posto não mudaram, ao menos não aqui em Vanuíre.

Ao contar a trajetória de sua família, Lidiane ainda apresenta uma série de dados em tom de denúncia acerca do trato dos militares com os diferentes grupos indígenas, sobretudo os Krenak, durante o período de atuação do Reformatório Krenak.

Voltando pra Krenak né, meus tios relatam, meus avós também né, que tava tomado por militares, foi quando teve a criação do Presídio Militar né e teve a guarda Grin que era os indígenas que cuidavam dos indígenas e, ali foi feita uma cadeia né, que era cadeia modelo dos indígenas, e ficava ali no território Krenak. Então os índios Krenak não podiam fazer nada ... nem beber, se você fosse pego bebendo você ia preso. [...] então os índios Krenak não podiam fazer nada. Nada, nada, nada, nem beber, se você fosse pego bebendo você ia preso. Meu padrasto que eu chamo de pai né, ele foi na cidade comprar roupinha pra filhinha dele que tinha acabado de nascer e ele bebeu um copo de cachaça aí ele vinha voltando, quando pegaram ele e como ele tava com cheiro de álcool ele ficou preso um ano, só por ter bebido um copo de cachaça. Nessa prisão ele relata que diz achar que aquilo ele viu ele viu barbáries né, várias pessoas amarradas de ponta cabeça, é.... aí os guardas vinham e tinha, ele diz que tinham um caldeirão bem grandão embaixo da pessoa de ponta cabeça e que de hora em hora eles iam lá e abaixavam a pessoa no caldeirão e depois erguia e, ele contava que tinham cães né, bravos que os indígenas principalmente de outras etnias, né, não tanto os Krenak. Eles soltavam os indígenas de outras etnias no meio do mato depois soltava os cachorros atraís. Ele relata várias barbáries né. [...] Mas, quando os indígena começaram a voltar o pessoal militar ficou com medo da questão que hoje a gente tem uma abertura muito grande para falar sobre essa história e eles não gostavam que ninguém se aproximasse dos indígenas, tanto é que eles deram vários estereótipos, vários adjetivos indígenas que até hoje circula em nossa vida, que indígena é vagabundo, que indígena é pedinte, indígena é pega coisa, é ladrão entendeu? Então, isso pra afastar as pessoas da gente para que a gente não relatasse o que tava acontecendo. Então com a retomada dos indígenas pra aldeia, os militares de reuniram e pediram que os indígenas saíssem, e muitos bateram o pé e disseram que não iam sair, que já era a terceira vez que falavam que iria levar eles de lá da aldeia e chegando lá eles não tinham onde morar, onde comer e que eles não iam sair. Aí minha mãe relata que pra eles sair, os militares começaram a dar sobrevoos na aldeia e soltar bombas né, soltar bombas lá de cima dos helicóptero para poder afugentar os indígenas, mas muitos indígenas não se afugentaram e numa dessas vezes meu avô tava pescando, no que eles soltaram a bomba perto dos indígena, o estampido da bomba fez com que meu avô viesse a ficar surdo. Minha mãe relata que numa noite, meu avô tava voltando pra casa com os mantimentos que ele tinha conseguido comprar e veio pela linha férrea e, ele não ouviu o trem vindo e quando meu tio foi avisar, é... não deu tempo. Foi aí que minha avó ficou viúva, com nove filhos né, inclusive um recém-nascido, aí minha vó veio pra cá né. Só que assim, esse veio pra cá não é tão simples.

O teor de tais denúncias também se faz presente nos documentários de Correa (2016) e em Guerra sem fim, também de 2016. Os relatos indígenas sobre o trato dos

militares para com os indígenas, bem como as denúncias realizadas coletivamente contra a gestão do Serviço de Proteção ao Índio se encontram no Relatório Figueiredo (documento de mais de 7.000 páginas produzido em 1967 pelo procurador Jader de Figueiredo Correia a pedido do ministro do interior), documento que ficou por décadas desaparecido e, ainda hoje, existem fragmentos seus que não foram recuperados, mas as denúncias são reafirmadas através da oralidade nas ocasiões supracitadas.

Nem um território a menos, nem uma gota de sangue a mais

O professor Carlos Walter Porto-Gonçalves (2009) apresenta a ideia de que o território é o elemento central do debate indígena e camponês contemporâneo:

A luta pelo território configura-se como uma das mais relevantes no novo ciclo de lutas do movimento dos povos originários [...] a luta pelo território assume caráter central, numa perspectiva teórico-política inovadora, na medida em que a dimensão subjetiva, cultural, se vê aliada à dimensão material – água, biodiversidade, terra. **Território é, assim, natureza + cultura.** (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 29, grifo nosso).

A premissa de Porto-Gonçalves é reforçada face aos elementos anteriormente referidos que indicam um território muitas vezes mais complexo do que o imaginado por Ratzel nos primórdios da geografia política. Um território de disputas políticas, ideológicas, filosóficas e culturais que se manifestam desde o imaginário até a realização do uso da terra.

No território Krenak, houve numerosas e constantes tentativas de desterritorialização do Estado, extremamente violentas, mas que, apesar de alienar o Krenak de Watu e de seu Território de origem, sua relação de pertencimento e identidade com ele nunca foi interrompida como demonstra Silva (2009, p. 12-13) que, com base nos registros de João Pacheco de Oliveira (1999) sintetiza:

A formação e consolidação do Estado brasileiro resultam dos processos de conquista do território, da expansão de suas fronteiras. No entanto, tal comportamento territorial esbarra em grupos sociais que apresentam dinâmicas diferentes. Os povos indígenas aparecem como um obstáculo aos projetos de expansão nacional, sua incorporação e controle sobre a solução do problema. Como os índios do Nordeste nacional, os Krenak foram submetidos a um longo processo de desterritorialização. Os conflitos territoriais são uma constante em sua trajetória histórica. A invasão dos colonizadores em seus territórios gerou confrontos violentos, deslocamentos e reagrupamentos. Considerando apenas a

história mais atual do grupo em questão, somente no século XX eles vivenciaram diversas imposições de exílio. A primeira delas começa com a atuação do SPI, órgão indígena republicano, responsável pela pacificação e incorporação dos povos indígenas à sociedade nacional. O contato com os funcionários da agência gerou, a princípio, o deslocamento de terras do Espírito Santo, para o Vale do Eme, em Minas Gerais. Posteriormente, concentraram-se nas proximidades do Posto estabelecido pelo SPI, sob a vigilância constante de um chefe de posto, encarregado de impor os novos limites territoriais. Se antes os povos indígenas ocupavam grandes porções de 19 terras, ao longo da história elas foram reunidas em parcelas muito pequenas. No início da República, o Governo Federal criou as Terras Indígenas, mas elas só passaram pelo processo de demarcação com a anuência das demais esferas políticas, estaduais e municipais. Essa dependência gerou novas cotas, oferecendo títulos a terceiros. No caso específico dos índios Krenak, o SPI não conseguiu garantir a ocupação efetiva do território indígena; Mesmo após a demarcação, interesses outros que não o do grupo indígena obrigaram os índios Krenak a passar por tantos processos de territorialização.

Oliveira (1999) acrescenta ainda, a Lei de Terras de 1850 como elemento fundamental para compreender a existência e os mecanismos do movimento estatal de desterritorialização dos povos indígenas, que, por si só, se constituiu como um fenômeno capaz de produzir novas territorializações e estratégias de resistência entre alguns povos. Sua reflexão centra-se nos "povos indígenas do Nordeste", que já tinham contato com os colonizadores desde o século XVI e, portanto, vistos pelos etnólogos da época como 'mestiços', mas foram justamente estes que resistiram e continuam resistindo. Mantendo suas identidades desde o século XVI até o presente.

Se abordarmos a questão cultural que se reflete no território, observamos uma infinidade de questões muito sérias no aspecto jurídico e moral. Os documentários produzidos em 2016 a pedido do Ministério Público Federal (Reformatório Krenak e Guerra sem fim) explicitam uma série de crimes categorizados como "crime contra a humanidade" desde 1808, quando em nome de uma guerra justa todos os que resistiram ao processo de 'civilização' foram mortos. Além disso, os documentários denunciam ainda ações como a criação de instrumentos jurídicos que retirassem dos povos indígenas o direito às suas terras, à manutenção de suas línguas e manifestos culturais, até mesmo de seus corpos expostos abertamente à sociedade, sem qualquer autorização dos primeiros e finalmente, ainda havia a caça às mulheres indígenas, conhecidas como 'bugres' ou 'pegas a laço' onde eram perseguidas em seus territórios, amarradas e forçadas a se casar com um migrante europeu para garantir ao migrante o direito a um parcela de terra,

enquanto o governo adquiria a certeza da miscigenação e aculturação de mais um povo (CORREA, 2000; CORREA, 2016; GUERRA, 2016; LIMA, 2017).

Outros elementos aportados pelos documentários estão voltados para a manutenção da colonização do conhecimento, com a postagem de notícias e vereditos diferentes dos reais que levaram a deslocamentos forçados; na organização de cargos de atração indígena que acolhiam diferentes etnias, às vezes rivais, no mesmo espaço reduzido e controlado para que os povos lutassem internamente e se matassem. Esses mesmos locais de atração ainda eram implantados em regiões de terras inférteis e distantes de rios e florestas que poderiam se tornar fontes de alimento, então outra forma de reduzir o número de indígenas adotados pelo Estado e suas ferramentas era a fome. Houve ainda a implantação do Reformatório Krenak, uma espécie de prisão para indígenas com mau comportamento. Essa cadeia que surgiu em meio ao período ditatorial, aprisionou, torturou e às vezes matou todos aqueles que se comportaram de forma contrária à moral e aos bons costumes ditados pela cultura europeia (COELHO, 2009; CORREA, 2000; CORREA, 2016; GUERRA, 2016; LIMA, 2017).

A análise conjunta do material fornecido por tais documentários e as entrevistas por nós realizadas no último ano (2020) permitiram elencar alguns aspectos culturais que mudaram fortemente como resultado de séculos de deslocamento e resistência Krenak. Embora todos os Krenak tenham um vínculo muito forte com a natureza, aqueles que hoje estão em Vanuíre (Terra Indígena localizada no interior de São Paulo) tornaram-se cristãos pentecostais, enquanto aqueles que conseguiram permanecer em Resplendor (Terra Indígena localizada em uma parcela do território original) são animistas; Ainda existe uma parcela significativa de idosos que não consegue completar seus ciclos de vida, sendo enterrados junto à terra onde estão enterrados seus umbigos por medo de reviver as tristes lembranças do terror e da violência estatal vivida durante os últimos séculos, principalmente durante o século vinte. Há outros que não podem adentrar a maioridade, pois a impossibilidade de sepultamento dos antepassados, devido ao desaparecimento de corpos e pessoas durante as atividades do Reformatório Krenak, que resulta na impossibilidade de realização de rituais de iniciação à vida adulta.

Ao chegarmos a este ponto, já podemos afirmar a existência de uma relação entre a dinâmica política do Estado e os desterros efetuados contra os povos da terra, aqui representados pelos Krenak.

Tal relação se explicita de diferentes maneiras. Em alguns momentos, ela se faz presente no âmbito institucional, por meio da criação de legislações e pedidas provisórias

que, hora resguardam, hora fragilizam a manutenção do ser indígena; em outros momentos tal relação se explicita pela ausência de políticas públicas de atenção direcionada.

Governo Anti Indígena – Política genocida

Historicamente, os povos originários resistiram e seguem resistindo a tentativas sequenciais de extermínio massivo, que em alguns momentos foram intercaladas por avanços de instância legal, ainda que os registros históricos indiquem que as leis protetivas no Brasil se mostram ineficazes e facilmente burladas desde 1758 quando naquele momento os povos da terra e suas existências se encontravam relativamente resguardadas por meio do Diretório Pombalino.

De igual modo, como será continuamente reforçado, desde 1492 nossos povos de Abya Yala vêm, ainda que mediante grande resistência, sendo estrategicamente explorados e suprimidos de acordo com os interesses das elites dominantes que antes, estavam no poder pelas armas e, hoje seguem no poder pela política e domínio econômico.

Poderíamos aqui, discorrer sobre no mínimo cinco séculos de inclusões genocidas e o continua resistência por parte dos povos da terra, mas apresentaremos brevemente as expressões desta política genocida, por meio dos ocorridos legais no ano de 2020 como denúncia a este Governo Anti Indígena.

Uma nota sobre a Projeto de Lei 191/2020 de 5 de fevereiro de 2020

No dia 5 de fevereiro deste ano, foi encaminhado para o Congresso Federal, com o aval do Presidente da República, Senhor Jair Messias Bolsonaro, a Projeto de Lei 191/2020 que trata sobre a regulamentação de lavra e pesquisa mineralógica em territórios indígenas dentro do território nacional e territórios fronteiriços (INSTITUTO MINERE, 2020; FEITOZA, 2020).

O documento, composto por dezesseis páginas, busca estabelecer as condições específicas de lavra mineradora em terras indígenas, visando regulamentar a atividade em terras indígenas. Possibilidade presente no parágrafo primeiro do artigo 176 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde a questão da mineração especificamente é prevista no parágrafo terceiro do artigo 231 da mesma constituição:

O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas ***só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas***, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei (grifo nosso).

Sendo assim, após trinta e dois anos, os representantes do Estado, resolveram oportunamente fazerem uso desta brecha para regulamentar a atividade mineradora, ignorando e mesmo alterando artigos outros da Constituição Federal.

O colunista César Feitoza em artigo para “O Antagonista” em 6 de fevereiro de 2020, apresenta no corpo dele, dois elementos de alerta. O primeiro trata sobre a abertura de licitação para as empresas interessadas na atividade pela Agência Nacional de Mineração e o segundo elemento é a restrição prevista do uso dos indígenas dos bens explorados.

Estes dois pontos configuram-se como inconstitucionais, uma vez que, vão contra o próprio artigo 231 em seu parágrafo primeiro e segundo, que garantem a proteção estatal das terras indígenas e, garantem aos povos indígenas o direito de recusarem a entrada de não-indígenas em seu território, bem como a execução de atividades econômicas por não-indígenas em suas terras (BRASIL, 1988).

Também desrespeita e prevê a revogação do artigo 44 da Lei nº 6001/73 que dispõe: “as riquezas do solo, nas áreas indígenas, somente pelos silvícolas podem ser exploradas, cabendo-lhes com exclusividade o exercício da garimpagem, faiscação e cata das áreas referidas”. Busca ainda revogar o artigo 23 da Lei 7805/89 que proíbe a lavra e garimpo em terras indígenas (BRASIL, 1973, 1989).

Na atualidade, diversas organizações indígenas e indigenistas têm se posicionado via redes sociais, contrários à uma série de políticas estatais que, retiram dos povos indígenas seus direitos e mecanismos de proteção.

Especificamente sobre os Krenak, povo que vive em cima de uma grande reserva de mica e em contexto de impacto direto de uma série de crimes ambientais que, resultaram no rompimento da Barragem de Mariana – MG. Não somos capazes de mensurar o impacto real da aprovação desta legislação, mas olhando a história, sabemos que esta aprovação pode significar o reinício do assassinato em massa deste grupo e, de tantos outros.

Quem dera fosse um fato isolado

Não bastasse um projeto de lei tão cruel com a terra e aqueles que vivem em constante harmonia e com ela mantem relações de parentesco, o ano de 2020, revelou um governo, especialmente empenhado na retirada estratégica de direitos dos grupos minoritários e se utilizou do avanço da pandemia para suprimir debates em torno de projetos de impacto ambiental gigantescos e de retirada de direitos fundamentais dos grupos tradicionais (povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, e demais grupos tradicionais), como demonstra o trecho a seguir:

Reforçamos as denúncias sobre os riscos em que o governo Bolsonaro coloca os indígenas ao realizar ações interministeriais levando uma grande comitiva e convocando profissionais de comunicação de diferentes regiões para participarem da atividade apenas com intuito de gerar propaganda positiva do que deveria ser sua obrigação, mas, no entanto, é um desserviço. Essas atividades descumprem as orientações da Organização Mundial da Saúde, dos órgãos sanitários e de saúde e da nova lei n.º 14.021, que obriga realização de quarentena antes da execução de atividades nos territórios indígenas. Quando falamos a palavra GENOCÍDIO, nos dirigimos ao conjunto de ações e posicionamentos do governo Bolsonaro que colaboram com o adoecimento e morte de milhares de pessoas no Brasil. Entre os povos indígenas, o GENOCÍDIO está presente na nossa história desde a invasão europeia até os dias de hoje. Neste contexto de pandemia o governo expôs publicamente a sua política de genocídio quando vetou, no dia 8 de julho, 22 itens do Projeto de Lei nº 1.142/2020, que cria medidas para conter o impacto da disseminação do vírus entre indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e demais povos e comunidades tradicionais, ao sancionar a Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020. Bolsonaro e seu governo vetaram, entre outros itens fundamentais, a obrigação do governo em garantir acesso à água potável, higiene e leitos hospitalares aos povos indígenas. O Congresso Nacional chegou a derrubar 16 do total de 22 vetos, no dia 19 de agosto. No entanto, entre os vetos que foram mantidos, estão aqueles que garantem orçamento para a implementação das ações previstas. A pergunta que nós, da Apib, fazemos é: Quantos indígenas precisam morrer para o Governo implementar um plano emergencial? (APIB, 2020, p. 16)

Tais denúncias são suficientemente graves, no entanto, não são isoladas. Se recordamos que o debate da PL 191/2020 se deu em fevereiro, mesmo mês em que se confirmaram os primeiros casos de COVID-19 no Brasil; que em julho o governo federal vetou orçamento e dispositivos de garantia ao acesso de princípios vitais de manutenção da vida, como apresenta o excerto acima e, ainda de acordo com a APIB (2020, p.16) “passados oito meses de pandemia, (o governo) não implementou, de forma eficaz e

transparente, um plano de ação ao enfrentamento contra o novo Coronavírus, apesar de todos os alertas e medidas legislativas e jurídicas feitos”.

Indígenas, grupos e articulações indígenas, foram e seguem sendo atacados e sendo criminalizados pelo esforço de denunciar e publicitar por meio das redes sociais os atos políticos que vem sendo executados neste ano, pelos governos municipais, estaduais e federal.

Diversos crimes de ódio e cunho racista foram publicitados pelo documento da APIB, que merece leitura integral, dentre as quais destacaremos três. O decreto nº 065/2020 da prefeitura de Pau d’arco – PA que, restringe a circulação de indígenas Kayapó da Terra Indígena Las Casas na sede do município, a partir do pressuposto de que a contaminação do vírus seja feita exclusivamente pelos indígenas; o impedimento de sepultamento digno e condizente a cultura e tradição dos diferentes povos indígenas e; o veto do Governo Federal a participação da coordenadora da COIAB Nara Baré em reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre povos indígenas e Covid-19, no dia 7 de agosto.

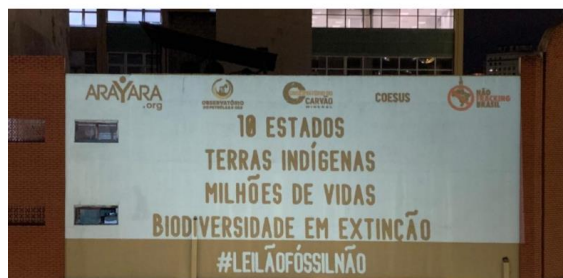
Além disso, ainda com a temática do COVID, é possível identificar mais uma expressão do racismo institucional presente no governo e órgãos relacionados por meio do “não reconhecimento da identidade indígena, sobretudo daqueles que vivem em contexto urbano, sendo identificados como “pardos” nas notificações dos sistemas de informação de saúde” (APIB, 2020, p. 20).

Saindo do olhar focal aos desdobramentos do COVID, houve uma série de outras ações estatais que afetaram e afetam diretamente os povos indígenas, dentre eles, o povo Krenak. A seguir apresentamos a reunião de manchetes de reportagens produzidas pelas mídias alternativas que, foram as únicas a noticiar tais questões (**Figuras 12, 13, 14 e 15**).

Figuras 12, 13, 14 e 15: Reportagens produzidas e veiculadas pela APIB em 2020

Exploração de combustíveis fósseis ameaça povos indígenas e meio ambiente

16/dez/2020



#LeilãoFóssilNÃO: Organizações demandam cancelamento de leilão de áreas de petróleo e gás que ameaçam vidas e terras indígenas

24/dez/2020

FRENTE DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA CONTRA O ACORDO MERCOSUL-EU

18/dez/2020



Instituições financeiras norte-americanas investiram mais de US\$ 18 bilhões em empresas ligadas a violações de direitos indígenas na Amazônia

27/out/2020



Fonte: APIB OFICIAL (2020).

As Figuras 12, 13, 14 e 15, tratam exclusivamente de acordos comerciais que abrem os territórios originários para exploração de minérios e combustíveis fósseis, além de uma série de medidas que incentivam as queimadas e a supressão da vegetação natural, sobretudo do cerrado para o avanço dos monocultivos. Sobre isso acrescentamos um elemento mais, este ano os números de desmatamento ilegal e queimadas na Amazônia legal e cerrado foram recordes, dos quais, de acordo com monitoramento feito pela NASA, 54% dos focos de incêndio na Amazônia estão relacionados ao desmatamento ilegal. No Pantanal, a Polícia Federal investiga fazendas que fizeram queimadas, de forma criminosa, para abrir pastagens para a pecuária, causando a pior destruição em 23 anos com mais de 16 mil focos de incêndio de acordo com dados do INPE. Entre julho e agosto de 2020, foram registrados 3.553 focos de calor em 148 Terras Indígenas, segundo levantamento do Instituto Socioambiental (ISA) e, os casos de internações entre indígenas por problemas respiratórios aumentam 25% devido às queimadas.

Além dessas “denúncias” das reportagens jornalísticas, também se produziram reportagens com enfoque na questão territorial, como se observa nas **Figuras 16, 17, 18 e 19**, a seguir.

Figuras 16, 17, 18 e 19: Reportagens produzidas e veiculadas pela APIB em 2020

Julgamento histórico pode definir o futuro das Terras Indígenas do Brasil

22/out/2020



Justiça Federal da Bahia decide por mais uma reintegração de posse, desta vez na TI Tupinambá de Olivença, e afronta Suprema Corte

17/dez/2020



Justiça Federal anula efeitos da normativa da Funai que incentiva invasão de terras indígenas

28/out/2020



Vidas e terras indígenas importam!

12/dez/2020



Fonte: APIB OFICIAL (2020).

O compilado destas reportagens trazem informações sobre o marco temporal (Figura 16) onde o reconhecimento ou a negação do direito fundamental dos povos indígenas à terra é posto em jogo, quando de um lado se tem, a chamada “teoria do indigenato”, que reconhece o direito territorial dos povos indígenas como “originário”, segundo os termos da Constituição; do outro lado, está uma proposta que restringe os direitos desses povos às suas terras ao reinterpretar a Constituição com base na tese do chamado ‘marco temporal’. Nessa interpretação, defendida por ruralistas, os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição, ou que, nessa data, estivessem sob disputa física ou judicial comprovada.

Por fim tem-se o debate a Instrução Normativa de nº 9 da Fundação Nacional do Índio (Funai), que incentiva o crime de grilagem em territórios indígenas, publicada em abril de 2020 e suas consequências (Figuras 17, 18 e 19), onde defende-se que “alegam que não existe a possibilidade de violação do direito originário dos povos indígenas, uma vez que as áreas reivindicadas ainda não tiveram processo demarcatório finalizado” (APIB OFICIAL, 2020, s.p).

O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração (CFEM) também compôs a linha de denúncias por meio de algumas reportagens e o lançamento quinzenal do podcast “CAVAS”. Apresentamos agora duas manchetes que abordam diretamente a questão da atividade mineradora e tem reflexos diretos sobre o território sagrado Krenak (**Figuras 20 e 21**).

Figuras 20 e 21: Reportagens produzidas e veiculadas pelo CFEM em 2020

O número de barragens sem estabilidade dobrou, “e daí?": uma avaliação da (não) fiscalização e da nova Lei de (in)Segurança de Barragens

7 outubro, 2020 4:47 pm

O número de barragens sem estabilidade dobrou, “e daí?": uma avaliação da (não) fiscalização e da nova Lei de (in)Segurança de Barragens

A nova edição da revista **Versos – Textos para Discussão PoEMAS** trata da situação das barragens de mineração no país. Nela, os pesquisadores **Bruno Milanez** e **Luiz Jardim Wanderley** analisam a situação de não estabilidade das barragens de mineração no país e avaliam as mudanças na legislação de segurança de barragens produzidas pela Lei 14.066/2020, aprovada na última semana de setembro.

A partir da constatação de que o número de barragens sem atestado de estabilidade praticamente dobrou no último ano, os autores discutem o subfinanciamento da Agência Nacional de Mineração (ANM). Além disso comentam sobre a baixa capacidade institucional da ANM e da Secretaria de Geologia Mineração e Transformação Mineral (SGM), para fiscalização de barragens e formulação de políticas para o setor.

Mineração em Terra Indígena – Projeto de Lei 191/2020

11 setembro, 2020 9:58 am

Desde a Constituição de 1988, existe interesse do Setor Mineral em se apropriar dos bens minerais existentes nas Terras Indígenas (TI). Mesmo com o processo de grandes mobilizações na década de 1980, que conseguiu garantir alguns avanços na Constituição, essa parte da exploração em TI, ficou em aberto para ser regulamentada posteriormente – esse foi o máximo de consenso possível naquele período.



Fonte: CFEM (2020).

A CFEM por meio destas duas reportagens apresenta a nova edição da revista **Versos – Textos para Discussão PoEMAS** que, analisa a não estabilidade das barragens de mineração no país, e avaliam as mudanças na legislação de segurança de barragens produzidas pela Lei 14.066/2020 aprovada na última semana de setembro, um texto repleto de armadilhas que dentre outras coisas restringe à participação das comunidades na discussão dos Planos de Ação de Emergência (PAEs), facilita para a manipulação na definição de Zonas de Autossalvamento (ZAS) e flexibiliza a exigência de provisão de recursos para a reparação e compensação, no caso de desastres. Além disso, também elabora uma apresentação descomplicada dos termos jurídicos difíceis envolvidos na PL 191/2020 que aqui já debatemos e apresenta os principais beneficiários da possível aprovação de tal projeto de lei, são eles grande parte das instituições norte-americanas citadas na reportagem da APIB, bem como artista plástico de SP, Cooperativas de Garimpeiros, Ex-governador e vice do estado do Amazonas.

Por fim selecionamos ainda uma reportagem produzida pela Mídia Ninja que trata sobre os desdobramentos da Medida Provisória 910/2020 (**Figura 22**).

Figura 22: Reportagem produzida e veiculada pela Mídia Ninja

Entenda as principais ameaças da MP910, conhecida como MP da Grilagem



Fonte: Mídia Ninja (2020).

A medida tem caráter nocivo ao meio ambiente e, somada as atualizações de legislações ambientais como, por exemplo, a legislação regulatória das barragens supracitada, uma vez que, flexibiliza e fragiliza a lei ambiental, além de permitir a cessão de título privado a terras públicas de até 2500 hectares (grandes proprietários), a quem pratica já prática desmatamento ilegal na área e, este pode seguir por até dez anos depois de receber o título (MÍDIA NINJA, 2020, s.p). Em termos práticos, a medida provisória incentiva o desmatamento ilegal das reservas enquanto pune aqueles que trabalham a terra em um sistema de agressão mínima ao solo, mantendo com ela uma relação de reciprocidade e respeito.

O etnocídio é política estatal no Brasil

A partir da análise de todos os documentos, legislações e reportagens, e da correlação de seus respectivos conteúdos com os marcos políticos da história nacional, chegamos à conclusão de que o etnocídio evidenciado ao longo desse trabalho monográfico se trata de uma política de Estado que perdura a pelo menos cinco séculos e não o contrário.

A seguir, apresentamos a **(Figura 23)** que, sintetiza a temporalidade de acontecimentos diretamente relacionados ao ser e resistir Krenak que ilustra a relação por nós defendida.

Figura 23: Temporalidade de acontecimentos diretamente relacionados ao ser e resistir Krenak

1697	• É encontrada a primeira jazida de ouro em território brasileiro
1757	• Proíbe-se a escravidão de indígenas no Brasil
1780	• Tem fim o ciclo do ouro no Brasil 1808
1808	• Dom João VI declara “guerra justa” aos que não cooperam com a colonização e atrasam o avanço econômico • Cria-se o aparelho repressivo "Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce"
1822	• Declaração da Independência da Coroa Portuguesa
1850	• É instaurada no Brasil a Lei de Terras
1888	• A Princesa Isabel assina a Lei Aurea 1889
1889	• Declaração da República
1902	• Construção da Estrada de Ferro Vitória Minas
1905	• Avanço do traçado férreo sobre as terras indígenas do Oeste Paulista; • Tem início os conflitos entre indígenas e não-indígenas no Oeste Paulista
1907	• Cria-se o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil
1908	• Descobre-se a primeira grande jazida mineral (Hematita) em Itabira – MG; • Cria-se a Estação Resplendor no que viria a ser o Município de Resplendor - MG 1909
1909	• Cria-se o Sindicato Brasileiro da Hematita
1910	• Cria-se o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)
1911	• Vendem-se as terras do Sindicato Brasileiro da Hematita e é criada a empresa privada “Iron Ore Co.
1912	• São estabelecidos acordos com os povos remanescentes do Oeste Paulista, encerrando em teoria os conflitos
1916	• Funda-se Vanuíre, na época ainda como Posto Indígena
1921	• Estima-se que 90% da população Kaingang do Oeste Paulista tenha sido exterminada
1926	• Cria-se o entreposto Crenaque, Município de Resplendor – MG
1939	• Tem início a Segunda Guerra Mundial
1942	• É criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); • É criada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com intuito de fortalecer a economia interna fornecendo aço e minério de ferro aos Estados Unidos da América do Norte e para a Inglaterra
1945	• Tem fim a Segunda Guerra Mundial

1953	•Descobre-se uma mina de mica dentro do território Krenak, em Resplendor - MG
1956	•Chegam os primeiros Krenak em Vanuíre
1964	•Tem início a Ditadura Militar no Brasil
1970	•Instaura-se o Reformatório Krenak em Resplendor - MG
1972	•Os Krenak de Minas Gerais são deslocados compulsoriamente para a Fazenda Guarani, no Município de Carmésia – MG
1973	•Sem poder estar em seu território sagrado, os Krenak iniciam seu deslocamento para Vanuíre, desta vez de forma mais intensa; •É instaurada a Lei nº6001 de 1973 “Estatuto do Índio”
1985	•Tem fim o período ditatorial no Brasil
1988	•É promulgada a Constituição Federal, com efeito seus artigos 176 e 231 que tratam das reservas minerais e das responsabilidades da União para com a proteção dos bens em terras indígenas, respectivamente
1989	•É instaurada a Lei nº 7805 que trata da permissão de lavra garimpeira e, em seu artigo 23 determina que a mesma “não se aplica a terras indígenas”
2002	•Luis Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República
2003	•A lei 10.639/2003 altera a Lei de Diretrizes e Bases e institui a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira de maneira transversal durante todo o período educacional
2008	•A lei altera a Lei de Diretrizes e Bases novamente, incluindo a obrigatoriedade do ensino de história, trajetória e memória indígena de maneira transversal durante todo o período educacional
2015	•Rompe a Barragem do Fundão em Mariana – MG; •É aberto o pedido de “Anistia coletiva do Povo Krenak” e reincorporação do Território Sagrado dos Sete Salões ao território do Posto Indígena Krenak
2016	•A Presidenta, senhora Dilma Rousseff sofre um processo de impeachment
2018	•É eleito Presidente da República o senhor Jair Messias Bolsonaro
2019	•Rompe a Barragem de Brumadinho – MG, segundo rompimento de barragem da VALE/Samarco; •Conselho Estadual de Políticas Ambientais (COPAM - MG), libera retomada de atividades da Samarco/ VALE em Mariana – MG; •O Presidente da República, publica a proposta de Medida Provisória 910 que abre caminhos para grilagem de terras; •Aprova-se a versão final da BNCC
2020	•A Lei 191/2020 é encaminhada para votação no Congresso Federal. A mesma prevê a alteração das Leis nº6001/73 e nº7805/89, bem como os artigos nº176 e nº231 da Constituição; •É confirmado o primeiro caso de COVID no Brasil; •É instaurada a nova lei fitossanitária 14.021/2020 que obriga a tomada de medidas de segurança antes do contato com grupos tradicionais; •Entra em debate a MP 910 que incentiva a grilagem de terras; •FUNAI publica decreto da Instrução Normativa que reafirma as reivindicações da MP910; •Aprova-se a lei 1.142/2020 com uma série de vetos que comprometem a existência dos grupos tradicionais; •Baseados na teoria do Marco Temporal tem início uma série de processos de reintegração de posse e anulamento de demarcação de terras indígenas; •Altera-se em setembro a legislação de segurança de barragens por meio da Lei 14.066/2020

A temporalidade apresentada na Figura 23 explicita e denuncia uma relação direta entre a lógica de exploração econômica da Nação e as diferentes violências efetuadas contra os Povos da terra, aqui representados pelo povo Krenak, pelo menos, desde o século XVII e se perpetua até os dias atuais. Além disso, é possível ainda observar como a política governamental interfere diretamente no trato do Estado com os Povos da Terra.

Um olhar atento é capaz de identificar três diferentes tipos de condução estatal dentro do período evocado: imperialista, ditatorial e republicano. Períodos estes que não são lineares temporalmente, mas que possuem um trato com a terra e os povos que a ela pertencem muito bem estabelecido, cujos reflexos podem ser observados na Figura 23 e, nos dão elementos suficientes para adotarmos a postura de afirmar que o etnocídio no país é estratégico e estruturalmente constituído. Por fim, convidamos ainda, você leitor (a) para confirmar as tendências políticas do governo vigente, representado no hiato entre os anos de 2018 e 2020, verificando a fragilidade do ainda recente regime democrático no Brasil e a vulnerabilidade a qual se encontram os grupos contra hegemônicos.

A CULTURA SEGUE VIVA



Neste breve capítulo buscamos evidenciar os mecanismos de manutenção e fortalecimento cultural que vem sendo implementados pelos Krenak nos últimos quarenta anos. Desse modo, ao mesmo tempo que apresentamos tais iniciativas, reforçando os mecanismos de resistência, negamos a ideia de um povo aculturado ou demasiadamente assimilado a cultura não-indígena.

Resistências culturais – o corpo como instrumento

Como já mencionado, até a década de 1980, os grupos indígenas das diversas etnias, foram impedidos de se manifestarem culturalmente. Ailton Krenak (2015) e Lidiane Damasceno (2020) nos dão dimensão do fenômeno ao abordarem a fragilidade atual do idioma Krenak, onde o número de falantes fluentes no idioma é extremamente reduzido e corre risco de se perder com a avançada idade dos anciãos que o dominam. Além disso, a prática da caça ancestral, atualmente é proibida por lei e impossibilitada por conta do reduzido território denunciando outra face da fragilidade cultural.

O documentário Guerra sem fim de 2016 também aborda uma série de fragilidades na reprodução das ritualísticas sagradas do povo Krenak, sejam elas referentes ao contato com a ancestralidade ou ainda com os ritos de passagem.

No entanto, não é se estranhar que, desde a década de 1980, com a abertura política e conquista de direitos, as juventudes passaram a figurar papel central na restauração, recuperação, manutenção e fortalecimento destas e tantas outras práticas culturais de saber ancestral que, haviam resistido décadas por meio da transmissão oral velada e, agora fragilizadas necessitavam de resgate. Os exemplos são muitos e, graças à parceria³ estabelecida entre o grupo Krenak da T.I Índia Vanuíre e da ACAM Portinari por meio do Museu Pedagógico Índia Vanuíre no município de Tupã – SP, pudemos obter registros (audiovisuais e táteis) dos saberes e fazeres culturais do Povo Krenak que, tem resistido e lutado continuamente não só pela manutenção e transmissão de seus elementos aos mais novos, garantindo assim sua perpetuação, mas também pela divulgação da mesma através de uma didática propriamente ‘indígena’, subversiva aos padrões impostos pelo não-índio, assim apresentando ao mundo as riquezas, a beleza e a diversidade do saber ancestral.

³ Dentro das condições estabelecidas por esta parceria, destacamos o fato de que, segundo a educadora do Museu, todo o material foi produzido duplicado, de modo que, todos os materiais presentes no acervo da exposição, também se encontrassem no acervo pedagógico do Museu Akãm Orãm Krenak Krenak.

A seguir apresentamos registros de nossa visita guiada a exposição “Ató Jací Borum Krenak – Tecendo Saberes do Povo Krenak”, parte do acervo ACAM Portinari do Museu Pedagógico Índia Vanuîre. Eles apresentam exemplares da indumentária (**Figura 24**); da confecção de veste específica de caça (**Figuras 25, 26, 27, e 28**); da confecção de redes com fibra de embira (**Figuras 29, 30 e 31**); da confecção de acessórios de madeira (**Figuras 32, 33, 34 e 35**); instrumentos musicais em madeira (**Figuras 36 e 37**) e ornamentos (**Figuras 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44**).

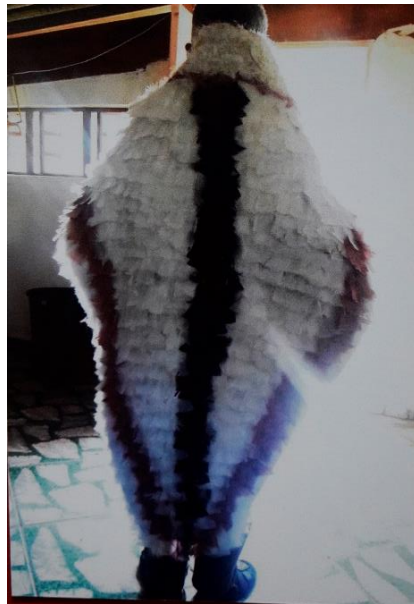
Figura 24: Indumentária



Fonte: Matheus (2020).

A Figura 24, apresenta três vestes, uma produzida em couro e utilizada como proteção nos tempos mais antigos e duas produzidas a base de algodão silvestre, elemento nativo com o qual os Krenak sempre tiveram contato, são elas: as jarreteiras, espécie de tornozeleiras, utilizadas a princípio pelos homens para evitar dores nas panturrilhas durante grandes caminhadas e, nas danças, atualmente seguem sendo utilizadas somente nas danças e um exemplar de indumentária feminina de dança.

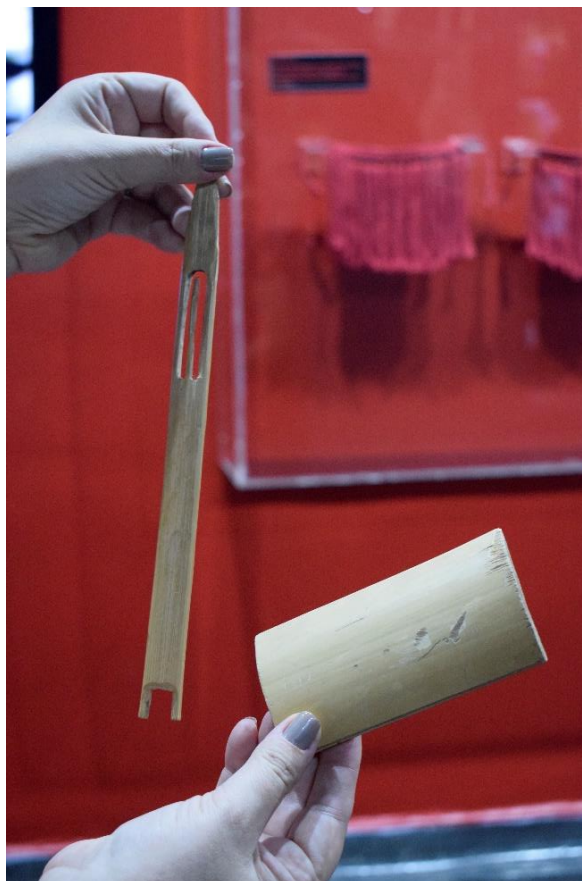
Figuras 25, 26, 27, e 28: Veste de caça



Fonte: Matheus (2020).

A Figura 26 apresenta o processo de confecção e, as Figuras 25, 27 e 28, seu resultado, onde a veste de caça é confeccionada sobre uma base de couro fervido que, recebe a aplicação de penas de aves coletadas do chão com cera de abelha como fixador e impermeabilizante. A veste tem por função camuflar os caçadores mata adentro e protegê-los dos ventos e intempéries que podem encontrar durante as caçadas.

Figuras 29, 30 e 31: Confeccção de redes com fibra de Embira



Fonte: Matheus (2020).

Por sua vez o conjunto de imagens composto pelas Figuras 29, 30 e 31, apresentam a cadeia operatória da confecção da rede (Figura 31), desde o corte da folha de embira, passando pelo respectivo tratamento para que se obtenha a fibra/ linha (Figura 29) e finalmente se teça a rede por meio de instrumento confeccionado m bambu (Figura 30).

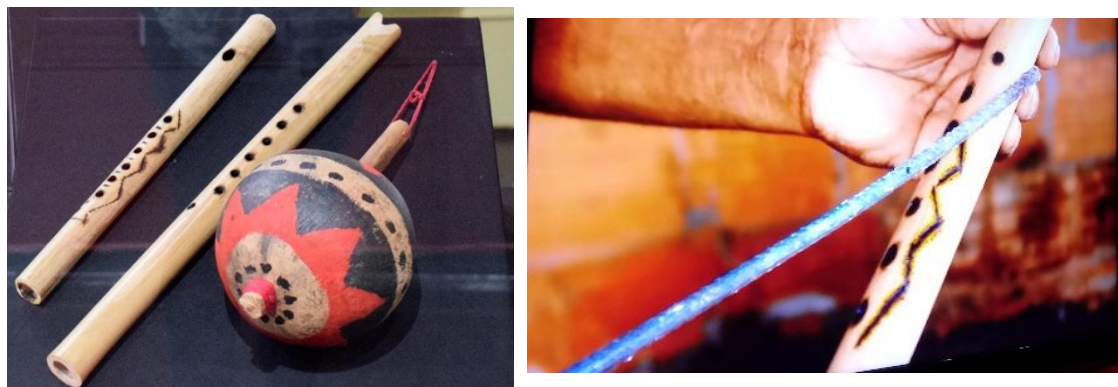
Figuras 32, 33, 34 e 35: Confeção de acessórios de madeira



Fonte: Matheus (2020).

A Figura 32 apresenta sete instrumentos confeccionados em aroeira e bambu, com detalhes gráficos reproduzidos em bambu tingido. São eles: 1) machadinha de aroeira, 2) flecha de zarabana, 3) flecha de bambu com ponteira de aroeira, 4) arco esculpido em aroeira, 5) zarabana de bambu, 6) porrete de aroeira e, 7) lança de aroeira. Além disso as Figuras, 33, 34 e 35, representam o processo de confecção da lança e da zarabatana. Ainda que o espaço físico da T.I Vanuíre, impossibilite a manutenção da caça e, a mesma ainda seja atualmente proibida por lei, o registro do fazer, da confecção destes elementos culturais é extremamente importante para a manutenção cultural, tanto no que diz respeito à memória coletiva, quanto no reavivar da pertença pelo saber fazer que se faz explícito no registro audiovisual realizado pela equipe do Museu Pedagógico Índia Vanuíre.

Figuras 36 e 37: Instrumentos musicais em madeira



Fonte: Matheus (2020).

A Figura 36 apresenta duas variações de flauta e um chocalho, feitos respectivamente de bambu e cabaça e, os detalhes são feitos a partir do calor, como ilustrado pela Figura 37. A primeira flauta, a esquerda da imagem, é uma pequena flauta utilizada para comunicação dentro das matas; a segunda flauta no centro da figura, juntamente com o chocalho compõe elementos ritualísticos e frequentemente utilizados em danças.

Figuras 38: Ornamento masculino



Fonte: Matheus (2020).

A Figura 38 ilustra um exemplar de contas que eram utilizadas pelos homens já considerados adultos, como elemento diferenciador. Atualmente as contas seguem sendo usadas cruzando o peito, sobretudo durante as danças de reconexão com o ancestral.

Figuras 39, 40, 41, 42, 43 e 44: Ornamentos femininos



Fonte: Matheus (2020).

Os ornamentos femininos guardam a peculiaridade das cores e a complexidade das formas enquanto elemento diferenciador. As crianças utilizam adornos mais simples e de cores menos vibrantes; as mulheres consideradas adultas utilizam adornos mais compridos e elaborados, quanto as cores presentes nos adornos, elas seguem também uma lógica de diferenciação, onde os adornos com cores vibrantes e variadas são utilizados pelas mulheres solteiras, os adornos com cores menos vibrantes ou menos variadas e com maior número de apliques de contas ou detalhes em madeira, são utilizados por mulheres casadas.

UMA PROPOSTA DE DEVOLUTIVA: INFORMAÇÃO É PODER?



“A nossa história começa muito antes de 1988”



Fonte: APIB OFICIAL (2020).

Como já apresentado, o marco temporal um dos debates latentes deste ano de 2020, onde alega-se que a história e o direito indígena à terra, tem início com a assinatura da Constituição Federal. Trate-se de uma interpretação tendenciosa de uma brecha da legislação, ainda que, historicamente, sempre que as datas fossem determinantes na condução e aplicação de algum direito, elas se apresentavam explícitas no corpo do texto.

A grande questão desse debate é que ele chegou até as massas da sociedade e geraram posicionamentos divididos acerca da interpretação da constituição federal e o debate do marco temporal. Tal cisão poderia ser reduzida caso a Lei de nº 11.645/2008 estivesse sendo cumprida efetivamente (FAE, 2012; GOMES, 2017).

Quando falamos em educação e transmissão qualitativa do conhecimento, estamos partindo do pressuposto de que a educação e as informações não chegam em igual grau, quantidade para todas as pessoas envolvidas em uma mesma sociedade e que, tal disparidade de acesso a informação configura-se como um desdobramento multifatorial do sistema capitalista, onde os dados chegam de maneiras e em quantidade de acordo com as ferramentas e meios de veiculação da informação com o qual os membros da sociedade

tem acesso e, a recepção e interpretação de tais dados se dá a partir do universo conceitual e cognoscitivo de cada um (GOMES, 2017).

Ainda sobre a educação é preciso ter consciência de que o acesso a mesma nem sempre foi universal, tendo sido negado às parcelas socialmente marginalizadas. Quando falamos na educação indígena, não falamos apenas da exclusão do processo educacional, como também falamos do outro extremo, a violação cometida por meio do catecismo jesuítico com fortes tensionamentos que proibiam estes a utilizarem seu nativo e colocou em xeque a validade do princípio oral da cultura dos diferentes povos indígenas.

Tal questionamento da transmissão cultural via oralidade, se reflete na importância da escrita para a legitimação da trajetória de um povo e os desafios enfrentados por diversas etnias que não se utilizam/utilizavam de um princípio de transmissão cultural gráfico que resulta em um predomínio de registros realizados a partir da perspectiva do dominador e de modo a legitimar e fortalecer relações de poder impostas.

A esse processo de dominação por meio do controle das vias de informação e construção do saber chamamos colonização do saber. O saber colonizado é resultado de um complexo e violento processo de hierarquização por meio das línguas e suas representações gráficas, onde houve forte incursão ideológica que impôs as sociedades colonizadas uma lógica político-econômica, religiosa, ética e científica condizentes aos padrões eurocentrados. Tal manifestação colonial é entendida ainda como o nexo entre as outras duas formas de colonização, a colonização do poder e a colonização do ser (MIGNOLO, 2006; 2014).

O caminho para superação de tal cenário se encontra no giro decolonial, que consiste em um esforço de distanciamento epistêmico da esfera social (que abrange a esfera acadêmica), que deve ser implantado desde as bases da sociedade até que alcance a totalidade da sociedade, não se restringindo ao universo acadêmico. Mignolo (2014) recorda as palavras de Quijano que defendem a ideia de que “o processo decolonial começa com o desprendimento do saber hegemônico, buscando referências alternativas ao discurso e ao saber europeu amplamente veiculados, ou seja, começa com a decolonização do saber” (MIGNOLO, 2014, p. 19).

Diante da compreensão de que é necessário construir novos caminhos para a partilha do conhecimento e de que, as informações massivas atualmente disponíveis refletem o padrão colonial do saber, optamos por assumir a postura sociológica da valorização das ausências, que origina o que o Movimento Negro brasileiro vem

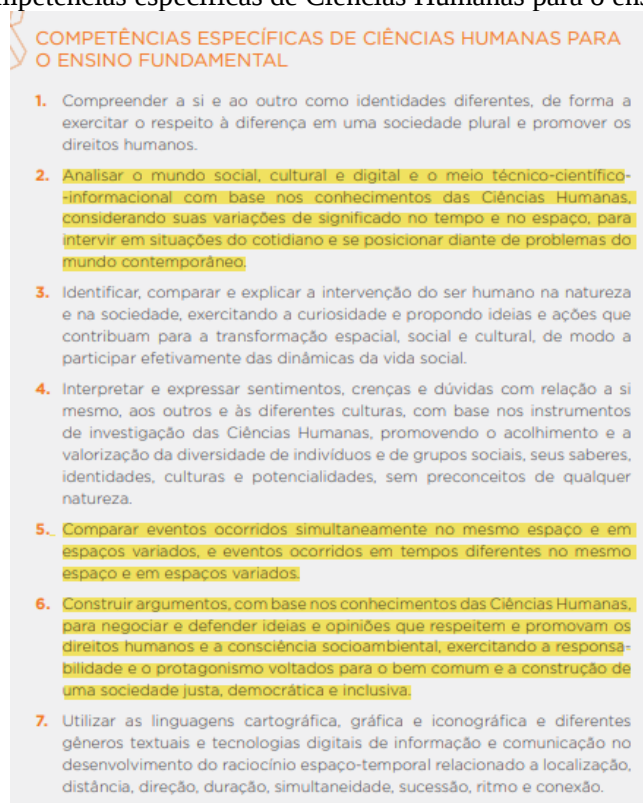
chamando de pedagogia das ausências, onde se parte do caráter ideológico da ausência da informação como elemento de atração dos agentes envolvidos no processo de construção do saber e se trabalha com as histórias e vozes ocultadas pela história formal, olhando atentamente para a pessoa por trás da publicação da informação, incitando assim uma análise ideológica do material que se tem a disposição e a criação de conjecturas que expliquem as ausências (GOMES, 2017).

Tendo esse debate em mente, rumamos a uma análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de modo a explicitar as ausências e ideologias implícitas no documento para que seja possível a construção coletiva de uma alternativa decolonial a aplicação de tais temas que se relacionam intimamente aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização por nós investigados ao longo dos últimos meses.

Análise de currículo mínimo

Ao analisarmos o documento base dos currículos de ensino do país, a BNCC, pudemos identificar que o tema desta pesquisa pode ser integrado ao conteúdo programático previsto, atendendo imediatamente a pelo menos três das sete competências específicas das ciências humanas para o ensino fundamental (**Figura 45**).

Figura 45: Competências específicas de Ciências Humanas para o ensino fundamental



Fonte: BNCC (2019).

São atendidas a partir do contato e conscientização das múltiplas narrativas acerca dos fenômenos constitutivos da dinâmica territorial vigente hoje no Brasil, bem como a partir do contato mínimo da cultura das etnias locais, permitindo aos alunos se acercarem das distintas temporalidades e funcionalidades que podem ser identificadas em um espaço comum as seguintes competências: 2) Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico- informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo; 5) Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados; e 6) Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

De igual maneira ao analisarmos as competências esperadas para o ensino de Geografia no ensino fundamental o tema por nós proposto, mais uma vez seria suficiente para atender a pelo menos cinco das sete competências previstas pelo documento como ilustra a (Figura 46) a seguir:

Figura 46: Competências específicas de geografia para o ensino fundamental

- COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE GEOGRAFIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**
1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
 2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
 3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
 4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
 5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
 6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.
 7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Fonte: BNCC (2019).

De igual maneira e por meio dos mesmos recursos pedagógicos anteriormente citados, podemos atender as competências de número 1, 3, 5, 6 e 7, que são, respectivamente:

Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas; Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem; Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia; Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza e; Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Quando nos colocamos a analisar os currículos do ensino fundamental, identificamos inúmeros conteúdos programáticos que possibilitam o trabalho da territorialidade indígena, dos quais a partir de uma análise discursiva do documento e de identificação de possibilidades de trabalho interdisciplinar, realizamos o compilado apresentado no **Quadro 1**:

Quadro 1: Conteúdos programáticos correspondentes ao tema da pesquisa no ensino fundamental

Disciplina	Ano	Unidade temática	Objetos de conhecimento	Habilidades
Geografia	2º	Conexões e escalas	- Experiências da comunidade no tempo e no espaço; - Mudanças e permanências	- Reconhecer semelhanças e diferenças nos hábitos, nas relações com a natureza e no modo de viver de pessoas em diferentes lugares. - Analisar mudanças e permanências, comparando imagens de um mesmo lugar em diferentes tempos.

Geografia	3º	O sujeito e seu lugar no mundo	- A cidade e o campo: aproximações e diferenças	- Identificar e comparar aspectos culturais dos grupos sociais de seus lugares de vivência, seja na cidade, seja no campo. - Identificar, em seus lugares de vivência, marcas de contribuição cultural e econômica de grupos de diferentes origens. - Reconhecer os diferentes modos de vida de povos e comunidades tradicionais em distintos lugares.
História	3º	As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município	- O “Eu”, o “Outro” e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive - Os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive	- Identificar os grupos populacionais que formam a cidade, o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas etc. - Selecionar, por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive. - Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes. - Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.
Geografia	4º	O sujeito e seu lugar no mundo Conexões e escalas Territórios étnico-culturais	- Território e diversidade cultural - Processos migratórios no Brasil - Instâncias do poder público e canais de participação social	- Selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas (indígenas, afro-brasileiras, de outras regiões do país, latino-americanas, europeias, asiáticas etc.), valorizando o que é próprio em cada uma delas e sua

				contribuição para a formação da cultura local, regional e brasileira. - Distinguir funções e papéis dos órgãos do poder público municipal e canais de participação social na gestão do Município, incluindo a Câmara de Vereadores e Conselhos Municipais. - Descrever processos migratórios e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.
História	4º	As questões históricas relativas às migrações	- Os processos migratórios para a formação do Brasil: os grupos indígenas, a presença portuguesa e a diáspora forçada dos africanos; - Os processos migratórios do final do século XIX e início do século XX no Brasil	- Analisar diferentes fluxos populacionais e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira. - Analisar, na sociedade em que vive, a existência ou não de mudanças associadas à migração (interna e internacional).
Geografia	5º	O sujeito e seu lugar no mundo	- Diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais	- Identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios.
Geografia	6º	O sujeito e seu lugar no mundo	- Identidade sociocultural	- Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos. - Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.
História	6º	A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades	- Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais	- Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas. - Identificar geograficamente as rotas de povoamento no território americano.

Ao observar o compilado por nós elaborado, é possível identificar que todos os conteúdos selecionados se concentram nos anos iniciais do ensino fundamental, dos quais

apenas no último ano (6ºano), o licenciado em Geografia pode vir a ter contato direto com os estudantes em sala de aula.

Como justificativa para tal fato, temos que, quanto antes a temática for trabalhada, maiores as possibilidades de internalização do conteúdo pelos sujeitos em sala de aula e potencialmente menores as chances de reprodução de discursos de ódio durante a fase adolescente e adulta deles.

Além disso, em entrevista com uma orientadora pedagógica do Município de Presidente Prudente, ela relata que, embora toda a rede municipal tenha recebido formação tanto durante o período de graduação, quanto formação continuada, é evidente a dificuldade em formular conteúdos que englobem a área de “ciências” frente as áreas de português e matemática, ainda sobre as formações na área de geografia e as temáticas étnico-raciais, diz que:

Ainda precisamos avançar muito nesse quesito, estudar, refletir e nos posicionar com relação aos direitos e valorização da pessoa, da importância de nossa ação para a construção de uma sociedade mais justa [...] eu fiz CEFAM, depois fiz o curso de Pedagogia e todas as formações da SEDUC desde que comecei a trabalhar e nunca recebi formação com esse tema. Nossas formações de geografia são mais da parte dos rios e solos, em algumas datas específicas a secretaria envia um material pronto para trabalharmos em sala de aula, mas não é debatido e, ainda tem muito da religião que interfere no jeito que cada professor vai trabalhar esse assunto”.

Tal fala, reforça uma vez mais a necessidade do debate sério acerca do trato das questões envoltas em torno das Leis de número 10.639/2003 e 11.645/2008. Se mesmo diante das adequações realizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a ausência de preparo e formação dos educadores se faz notável, como podemos então, ansiar por uma educação libertária e antirracista? (GOMES, 2017).

A resposta que nos surge reside na entrada de profissionais racializados na área da educação, cuja própria existência gera tensões no ambiente educacional e, na disposição coletiva da equipe formativa em adentrar ao movimento decolonial que, consiste em exercício que ultrapassa o espaço físico da escola e invade todos os setores da vida coletiva que principiam na leitura e denúncia de vieses inconscientes⁴.

⁴ Preconceitos incorporados e naturalizados pela sociedade e possuem caráter interseccional, isto é, são compostos de um ou mais elementos distintivos que geram preconceitos e discriminações na sociedade (raça, classe, gênero, sexualidade, escolaridade, etcetera).

Desse modo, o que apresentamos aqui, é a análise dos conteúdos reivindicados pela BNCC em contraposição com a entrevista cedida que reafirma as observações por nós feitas durante os estágios supervisionados de que as temáticas étnico-raciais são trabalhadas de maneira desconexa dos conteúdos englobadores do ano letivo em datas ‘comemorativas’ e as temáticas relacionadas a conformação territorial seguem estritamente o previsto nos livros didáticos e seguem o padrão capitalista eurocentrado (Quadro 2).

Quadro 2: Análise de conteúdo

Ano do Ensino Fundamental	Objetos de conhecimento analisados	Contribuições elaboradas
2º	- Experiências da comunidade no tempo e no espaço; - Mudanças e permanências	Acreditamos que neste momento o mais efetivo seria inserir ao universo de possibilidades de experiência da comunidade no tempo e espaço a vivência indígena, principalmente pelo fato de que os municípios da região têm cerca de 100 anos, ou seja, em três gerações as cidades passaram de um contexto rural e muito próximo ao originário a espaços urbanizados, logo, é possível que tais dados ainda povoem a memória dos mais velhos da comunidade local.
3º	- O “Eu”, o “Outro” e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive	Logo no título podemos identificar que os ditos ‘diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade’ não são considerados “Eu”, tampouco “Outro”. Esse fato denuncia uma postura de manutenção do colonialismo onde as pessoas são classificadas de acordo com uma hierarquia das diferenças tendo como base o padrão vigente (homem, cisgênero, branco, de classe média alta e heterossexual). O curioso é algo denunciado por Ailton Krenak, o país conhecido como país da diversidade e da mistura étnica é incapaz de reconhecer na diferença sua identidade como igual e é justamente esta a postura necessária para se trabalhar a temática de maneira menos violenta.
4º	- Território e diversidade cultural - Processos migratórios no Brasil - Instâncias do poder público e canais de participação social - Os processos migratórios para a formação do Brasil: os grupos indígenas, a presença portuguesa e a diáspora forçada dos africanos; - Os processos migratórios do final do século XIX e início do século XX no Brasil	Neste ano, reside a oportunidade mais fértil para desenvolvimento de uma educação emancipatória e antirracista. Para isso acreditamos que o trabalho entre as disciplinas deva ser interligado, sobretudo nas disciplinas de humanidades, dando espaço de protagonismo aos movimentos e organizações sociais que atuam na região e que, abordam as temáticas de maneira simples em vídeos curtos em plataformas como o Youtube ou Instagram. Por sorte, este ano, foi muito produtivo neste aspecto e boa parte das escolas do oeste paulista já contam com suporte tecnológico para projeção de tal conteúdo.
5º	Diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais	Para que os agentes do aprendizado possam identificar diferenças étnico-raciais e étnico-

		culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios é preciso antes que estes sejam capazes de identificar que são no mundo. Com uma base sólida construída nos anos anteriores, é possível que esses agentes já tenham elementos mínimos para estabelecer tal identidade. Nossa sugestão é iniciar um trabalho do reflexo étnico-racial e cultural, bem como das desigualdades sociais por meio das diferentes expressões musicais
6º	- Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais	Ao chegarmos no sexto ano, nos deparamos com agentes do conhecimento pré-adolescentes que já tem um contato mínimo com os meios informatizados. Entendo isto, acreditamos que um caminho possível no desenvolvimento do tema seja realizar o caminho inverso do habitual, onde os agentes devem construir apresentações sobre o tema e apresentarem para o coletivo antes que se trabalhe o tema propriamente em sala de aula. Potencializando o poder investigativo, de análise, apreensão e transmissão do conhecimento.

Ressaltamos que nenhuma das considerações apresentadas, substituem o uso dos livros didáticos e é neste ponto que reside o grande problema. Ao olharmos os docentes, principalmente, os docentes do ensino básico, nos deparamos com profissionais sobrecarregados, mal remunerados e desvalorizados socialmente. Não podemos inferir que, é dever destes profissionais assumir mais um exercício não remunerado em nome de uma formação menos atrelada ao colonialismo que segue nos sendo imposto e por isso, a busca por uma educação decolonial e antirracista se torna difícil e uma meta a ser atingida frente a muito esforço coletivo e paciência.

Uma alternativa ainda para o trabalho da temática indígena nas escolas de maneira efetiva e sem manutenção de estereótipos reside na aproximação dos povos indígenas residentes na região e integração não folclórica destes como sugere Lidiane em seu recado final durante a escuta:

Queria ressaltar que, nós não estamos aqui, nós não viemos aqui porque a gente quis, a gente não invadiu o território de ninguém. Nós fomos invadidos, assim como os Kaingang também foram invadidos, os Terenas então... Eles (os órgãos indigenistas e governos) quiseram fazer uma guerra étnica, entre Kaingang e Krenak nesse encontro, pra que guerreassem e se matassem, mas quando você passa pela mesma situação, que você tem o mesmo sofrimento que seu parente, isso fortalece nós e o outro, acaba vendo ali, um parceiro de luta e aqui dentro da comunidade a gente diz “se é isso que o não indígena quer, não é isso que ele vai ter”, a gente vai dar fortalecimento, a gente vai se fortalecer em cima desse nome que eles deram pra gente de ‘índio’. Mas eu não sou ‘índio’, eu sou Krenak. Meu parente não é ‘índio’, meu

parente é Kaingang. Então dentro da Aldeia Vanuíre, esses sete povos, com essa mesma história, com mesmo tipo de genocídio, que passaram pela mesma ‘pacificação’, que das coisas que eles fizeram, uma das últimas foi isso né, tentar que a gente se odiasse, juntando grupos étnicos rivais no mesmo território pra se confrontar, mas a gente se uniu. Se quando meus avós chegaram eram só 42 pessoas, hoje a gente já tá em 234, então a gente resistiu e conseguimos fazer crescer a população”. Além disso para “aqueles que tem curiosidade sobre um povo indígena, não procura ficar só com o que você ouve, com o que você cresceu ouvindo. Procura um indígena, procura um saber indígena, pra você entender o que é o indígena, o que é a luta de um povo, porque muitas das vezes, a pessoa tem medo de abordar a gente, tem receio de abordar a gente, mas a gente tem tanto pra falar, tanto pra ensinar que quando a gente recebe convites assim, a gente fica muito lisonjeado, de tá podendo falar da nossa realidade, tá falando do real dos povos indígenas e não do que é inventado dentro da história pra separar a gente.

Encerramos, reafirmando as dificuldades da construção de um processo educativo contra hegemônico que, encontra uma série de empecilhos e impedimentos estruturais da escola como a entendemos no Brasil e da sociedade vigente, mas que em contraposição encontra um Universo de vozes e narrativas desejosas de apresentar ao mundo suas histórias e trabalhar conjuntamente com a comunidade para a superação dos preconceitos estruturais da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sonho continua...

...

Nós somos como o capinzinho que
amarelou de tanto ficar

Debaixo da pedra e agora se levanta.

A vida não acabou no passado de
sofrimento.

Vamos ter força no futuro, porque
lutamos,

Não nos entregamos, geração por
geração.

Muitos dos que fizeram nosso povo
sofrer estão vivos!

Esperamos que respeitem nosso jeito
de viver.

Somos cidadãos do mesmo país.

Zeção Krenak.



O acúmulo dos elementos e debates até o momento realizados, nos levam a elaborar considerações na tentativa de finalizar este documento com algumas conclusões e tantas outras questões que nos surgem derivadas no processo de leitura e análise da trajetória do povo Krenak. Entre nossa principais considerações temos que:

1) A pesquisa mostrou-se extremamente plástica, de modo que, foi possível realizar todas as adaptações que o contexto fitosanitário impôs, sem grandes perdas de conteúdo. Além disso, observou-se a transversalidade da temática que através do debate da territorialidade dos Krenak a partir da T.I Vanuíre, debateu-se também, educação, Estado, direito e cultura;

2) Identificamos uma zona de trabalho muito fértil dentro do espaço escolar ao qual recorreremos para consulta e nele, esperamos reinvestir esforços para a construção conjunta de uma postura pedagógica antirracista;

3) Ao analisarmos as informações disponíveis sobre a trajetória Krenak, observamos que as narrativas reivindicadas pelos Krenak são mais intensas e ditam sobretudo, os processos de violação de direitos acometidos pelo Estado em suas diferentes configurações através dos séculos e processo de resistência de seus antepassados; em contra-partida, as narrativas amplamente veiculadas sobre o grupo, ditam sobre sua origem histórica e primeiros contatos com os portugueses com poucas informações sobre os embates e o posicionamento do Estado pós Brasil Império;

4) Existe um hiato na história do povo Krenak que atribuímos a três fatores: o desinteresse estatal de reportar os acontecimentos relacionados a este povo, a dor do reviver por meio do relato que, faz com que aqueles poucos que nos dias de hoje poderiam contar o que houve, encontram dificuldades para expressar na língua do colonizador as violências vividas, ao passo que, a língua Krenak é um dos idiomas ameaçados de extinção e, a má conservação somada a baixa divulgação dos documentos que versam sobre o tema;

5) O Povo Krenak, assim como todos grupos originários de Abya Yala, seguem resistindo e mais do que nunca comprovando que a natureza segue seu curso e a sabedoria humana reside também na tecnologia, mas principalmente no convívio harmônico com a natureza;

6) Fomos capazes de nos acercar minimamente do Universo cultural do povo Krenak por meio do material desenvolvido e exposto no museu Pedagógico Índia Vanuíre, bem como, por meio de buscas no perfil em uma rede social do Museu Akãm Orãm Krenak Krenak, que está se estruturado dentro da T.I Vanuíre e, através das interações que ocorreram durante a escuta de narrativas por nós realizada, no entanto sabemos que, tais mecanismos

não foram suficientes para captar a totalidade da manifestação material e imaterial da identidade Krenak.

7) Observamos a existência de múltiplas formas gráficas de se representar alguns elementos chave para a compreensão do SER Krenak e, de igual modo, também identificamos um certo grau de variação do significado destes termos quando traduzidos para o português. Adotamos a grafia e significado que mais se repetiu dentro dos referenciais por nós utilizados.

Quanto a explicação para tal fenômeno, apontamos o esforço coletivo de manutenção de uma tradição oral por meio da escrita. Em outras palavras, em uma sociedade que até 50 anos atrás não permitia que os povos da Terra e povos tradicionais não podiam reproduzir seu idioma/dialeto em uma cultura oral, a manutenção deste no universo simbólico, ainda que, com divergências gráficas é reflexo de uma estratégia sofisticada de resistência. De igual modo, não podemos esperar que todos os elementos transmitidos pela oralidade e experienciados integrantes de um grupo étnico, sejam plenamente passíveis de tradução através da escrita.

8) Poderíamos ter iniciado a análise com os primeiros registros de escravização de povos indígenas, mas ao nos atentarmos para os marcos históricos que afetaram e ainda afetam diretamente os Krenak, observamos que o interesse pela exploração dos recursos minerais e pela posse de terras e seu respectivo usufruto, constituem-se como o elemento motriz das chacinas realizadas contra os Krenak no vale do Rio Doce - MG e os Kaingang no oeste paulista.

9) Existe uma relação direta entre os eventos de disterro e retirada de direitos do Povo Krenak com o cenário econômico e político da Nação, como ilustrado na Figura 23 da página 58.

10) Por fim, retomamos ao título desta monografia “Território e Trajetória Krenak – O olhar geográfico de uma disputa de narrativas” para refletirmos acerca da contribuição do olhar geográfico construído. A conclusão é de que, por meio deste, pudemos evidenciar as contradições discursivas entorno do debate territorial do povo Krenak e, este movimento de evidenciar tais contradições e ocultamentos históricos é por si só, uma importante contribuição. Além disso, é por meio a análise geográfica que se faz possível identificar o caráter político do debate territorial dos povos originários do Brasil através da análise tempo espaço.

REFERÊNCIAS



6ªCCR/MPF. Nota Técnica nº 03/2017. **ANISTIA POLÍTICA COLETIVA A POVOS INDÍGENAS**. Datada de 03 de abril de 2017. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/copy_of_DocumentoAdministrativoPGR00095172_2017.pdf. Acesso em 17/04/2019.

ABREU, J. C. **Capítulos da história colonial – 1500/1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**; tradução por Júlia Romeu. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGENCIA O Globo. **Samarco recebe autorização para retomar atividades em Mariana**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-10-25/samarcorecebe-autorizacao-para-retomar-atividades-em-mariana.html>.

ANAI (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA), **Os Krenak**, 2013, disponível em <<http://www.anai.org.br>>. Acesso em 03 de fev. 2020.

APIB (ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDIGENAS DO BRASIL), **Emergência Indígena**, 2020. Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/>. Acesso em 08 de dez. 2020.

APIB (ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDIGENAS DO BRASIL), **Nossa Luta é pela Vida**. Covid-19 e Povos indígenas - O enfrentamento das violências durante a pandemia, 2020.

APIB OFICIAL, **#LeilãoFóssilNão: Organizações demandam cancelamento de leilão de áreas de petróleo e gás que ameaçam vidas e terras indígenas**. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/12/04/leilaofoossilnao-organizacoes-demandam-cancelamento-de-leilao-de-areas-de-petroleo-e-gas-que-ameacam-vidas-e-terras-indigenas/>. Acesso em 08 de dez. 2020.

APIB OFICIAL, **Exploração de combustíveis fósseis ameaça povos indígenas e meio ambiente**. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/12/16/exploracao-de-combustiveis-fosseis-ameaca-povos-indigenas-e-meio-ambiente/>. Acesso em 20 de dez. 2020.

APIB OFICIAL, **FRENTE DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA CONTRA O ACORDO MERCOSUL-EU**. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/12/18/frente-de-organizacoes-da-sociedade-civil-brasileira-contra-o-acordo-mercosul-eu/>. Acesso em 08 de dez. 2020.

APIB OFICIAL, **Instituições financeiras norte-americanas investiram mais de US\$ 18 bilhões em empresas ligadas a violações de direitos indígenas na Amazônia**. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/10/27/instituicoes-financeiras-norte-americanas-investiram-mais-de-us-18-bilhoes-em-empresas-ligadas-a-violacoes-de-direitos-indigenas-na-amazonia/>. Acesso em 08 de dez. 2020.

APIB OFICIAL, **Julgamento histórico pode definir o futuro das Terras Indígenas do Brasil**. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/10/22/julgamento-historico-pode-definir-o-futuro-das-terras-indigenas-do-brasil/>. Acesso em 08 de dez. 2020.

APIB OFICIAL, **Justiça Federal anula efeitos da normativa da Funai que incentiva invasão de terras indígenas**. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/10/28/justica-federal-anula-efeitos-da-normativa-da-funai-que-incentiva-invasao-de-terras-indigenas/>. Acesso em 08 de dez. 2020.

APIB OFICIAL, **Justiça Federal da Bahia decide por mais uma reintegração de posse, desta vez na TI Tupinambá de Olivença, e afronta Suprema Corte**. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/12/17/justica-federal-da-bahia-decide-por-mais-uma-reintegracao-de-posse-desta-vez-na-ti-tupinamba-de-olivenca-e-afronta-suprema-corte/>. Acesso em 08 de dez. 2020.

APIB OFICIAL, **Nuestra lucha es por la vida**. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/12/10/nuestra-lucha-es-por-la-vida/?lang=es>. Acesso em 20 de dez. 2020.

APIB OFICIAL, **Tribunal Penal Internacional começa a analisar denúncia contra Bolsonaro por crimes contra a humanidade e incitação ao genocídio de povos indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/12/15/tribunal-penal-internacional-comeca-a-analisar-denuncia-contra-bolsonaro-por-crimes-contra-a-humanidade-e-incitac%cc%a7a%cc%83o-ao-genocidio-de-povos-indigenas-no-brasil/>. Acesso em 23 de dez. 2020.

APIB OFICIAL, **Vidas e terras indígenas importam!** Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/12/22/vidas-e-terras-indigenas-importam/>. Acesso em 23 de dez. 2020.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de São Paulo, Exposição Cenários – **As cidades do interior de São Paulo no começo do século XX**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/imperio.html>. Acessado em 9 de jan. 2020.

BDTD, Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e teses. **Busca avançada por palavras-chave**. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/>. Acesso em 05 de out. 2020.

BOURDIEU, P. Compreender. **As misérias do mundo**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

BRASIL. **LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasil, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6001.htm. Acessado em: 12 de fev. 2020.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, Brasil, 1988. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf. Acessado em: 10 de fev. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 7.805, DE 18 DE JULHO DE 1989**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasil, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7805.htm. Acessado em: 10 de fev. de 2020.

BRASIL. **PROJETO DE LEI 191/2020**. Brasil, 2020. Disponível em: <https://cdn.oantagonista.net/uploads/2020/02/PL-191-2020.pdf> Acessado em: 8 de fev. 2020.

CAPES, Catálogo de Teses e Dissertações. Busca por palavra-chave. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em 05 de out. 2020.

CARVALHO, J. A. La organización socioespacial y la representación cultural de Indios Krenak. In: **HACIA GEOGRAFÍAS DE LA INTEGRACIÓN Y LA DIVERSIDAD**. Memorias del XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina, Quito, Ecuador, 2019.

CFEM, **Mineração em Terra Indígena – Projeto de Lei 191/2020**. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/mineracao-em-terra-indigena-projeto-de-lei-191-2020/>. Acessado em 18 de dez. 2020.

CFEM, **O número de barragens sem estabilidade dobrou, “e daí?”: uma avaliação da (não) fiscalização e da nova Lei de (in)Segurança de Barragens**. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/o-numero-de-barragens-sem-estabilidade-dobrou-e-dai-uma-avaliacao-da-nao-fiscalizacao-e-da-nova-lei-de-inseguranca-de-barragens-bruno-milanez-luiz-j-wanderley/>. Acessado em 18 de dez. 2020.

CICOUREL, A. **Teoria e método em pesquisa de campo** (Theory and Method in field research). The Free Press, 6. Ed Nova Iorque 1969. p. 21-30.

COELHO, M. A. T. **Genocídio e resgate dos "Botocudo"**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 193 – 204, 2009. Disponible en:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030142009000100014&lng=en&nrm=iso>.

COMAROFF, J. ; COMAROFF, J. **Etnicidad**. S.A. Madrid. Editorial Katz.2011

COLOGNESE; M. **A técnica de entrevista na pesquisa social**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159. 1998.

CORREA, J. G. S. **A ordem a se preservar**: A gestão dos índios e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak. Rio de Janeiro: UFRJ (dissertação de mestrado). 2000.

CORREA, R. **Reformatório Krenak**. Realização: Itaú Cultural e Ministério Público Federal - Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais. 2016 (18min06). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qpx8nKVXOAo>.

CRUZ, L. O. De. **O ser e o estar índio**: produção de identidades entre Kaingang e Krenak, em Vanuêre. 2007. 129 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. **Resplendor**. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efvm/resplendor.htm>. Acessado em: 03 de jan. de 2020. (A).

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. **Crenaque**. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efvm/crenaque.htm>. Acessado em: 03 de jan. de 2020. (B).

FACCIO, N. B. **Arqueologia Guarani na Área do Projeto Paranapanema**: estudo dos sítios de Iepê, SP, V. 1 e 2 (Livre docência em Arqueologia) São Paulo, MAE/USP, 2011.

FACCIO, N. B. **A complexidade dos sistemas de assentamentos ameríndios no Planalto Ocidental Paulista vistos a partir da arqueologia**: a contribuição do LAG/mar. In: Revista Confins, USP, São Paulo – SP, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/21188>; DOI: 10.4000/confins.21188. Acessado em 17 de nov. de 2019.

FAE. **Fontes e reflexões para o ensino de história indígena e afrobrasileira**: uma contribuição da área de História do PIBID/FaE/UFGM / Organizado por Pablo Luiz de Oliveira Lima. – Belo Horizonte: UFGM – Faculdade de Educação, 2012. 134 p. (Coleção PIBID Faz).

FEITOZA, C. **Entenda o PL que permite mineração em terras indígenas**. O Antagonista, 2020. Disponível em: <https://www.oantagonista.com/brasil/entenda-o-pl-que-permite-mineracao-em-terras-indigenas/>. Acessado em: 7 de fev. de 2020.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas (FGV). **Criação da Companhia Vale do Rio Doce**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EstadoEconomia/CVRD>. Acessado em: 03 de fev. de 2020.

FUNDAÇÃO RENOVA (RENOVA). **Mapa de Atuação**, 2020. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/mapa-de-atuacao/>. Acessado em: 03 de fev. de 2020.

FUNDAÇÃO RENOVA (RENOVA). **Arquivos e Relatórios**, 2020. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/arquivos-e-relatorios/>. Acessado em: 03 de fev. de 2020.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador** – Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2017.

GUERRA sem fim – Resistência e Luta do Povo Krenak. Direção: Vitor Blotta e Fabricio Bonni. Produção: MPF, Ines Prado Soares, Unnova, Vitor Blotta. Minas Gerais: Unnova Produções, 2016. Documentário (29min40). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DfkGVfkJpAM>.

HOLZER, W. **O Lugar na Geografia Humanista**. Revista Território. Rio de Janeiro. Ano IV, nº 7. p. 67-78. jul. /dez. 1999.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, **Terra Indígena Vanuêre**, disponível em: <http://www.funai.gov.br/terra_indigena_3/mapa/index.php?cod_ti=48801>. Acessado em: <17 de jan. 2020>.

ISTOÉ. **Brasil, 500 anos** (Atlas Histórico). Org. Bernardo Joffly. Grupo de Comunicação Três S/A, São Paulo, SP, p.298, 200? Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/AtlasHistórico-Brasil500Anos.pdf>. Acessado em: 03 de fev. 2020.

KRENAK, A. **Paisagens, territórios e pressão colonial**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 327- 343, jul./dez. 2015.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2020.

MAGALHÃES, P. G de; NICÁCIO, C. S. **Patrimônio Cultural Imaterial e Identidade: os Krenak e a paisagem de Setes Salões**. In: OLIVEIRA, M. L. de; CUSTÓDIO, M. M.; LIMA, C. C. (Org.). **Direito e paisagem: a afirmação de um direito individual e difuso**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido. 2017. P. 243-260.

Mídia Ninja, **Entenda as principais ameaças da MP910, conhecida como MP da Grilagem**. Disponível em: <https://midianinja.org/news/entenda-as-principais-ameacas-da-mp910-conhecida-como-mp-da-grilagem/>. Acessado em 18 de dez. de 2020.

MIGNOLO, W. “El desprendimiento: Pensamiento crítico y giro descolonial”. In: **(Des)Colonialidad del ser y del saber**. Buenos Aires. Ediciones del Signo, 2006.

MIGNOLO, W. **Género y Descolonialidad**. Buenos Aires. Ediciones del Signo.2014.

MUSEU VALE. **História EFVM**, s.d. Disponível em: <https://archive.ph/QV41B>. Acessado em: 02 de fev. de 2020.

NEVES, G.R. **Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas)**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território: Globalização e fragmentação**. 5. ed., São Paulo: Hucitec; Anpur, 2002.

OLIVEIRA, R. C. De. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1976.

OLIVEIRA, U; SOARES FILHO, B; OVIEDO, A; SANTOS dos, T. M; CARLOS, S; ALVES, J. R. R; PIAZ, A. **Modelagem da Vulnerabilidade dos povos indígenas no Brasil ao Covid-19**. Centro de Sensoriamento Remoto – UFMG e, Instituto Socioambiental, 2020.

PARAÍSO, M.H. **Os Krenak, a pacificação, o aldeamento e a luta pela terra**. XIII Encontro Anual da ANPOCs. Outubro de 1989, Caxambú – MG.

PARAISO.M.H. **Povos Indígenas no Brasil, Krenak**, 1998, disponível em <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/krenak>>.

PINHEIRO, N. S. **Vanuêre: conquista, colonização e indigenismo: Oeste Paulista, 1912-1967**, Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR, 2009.

RIBEIRO, D. **Os índios e a Civilização**. São Paulo: Companhia das Letras. 1970.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

RODRIGUES, R. A. **Os caçadores-ceramistas do sertão paulista**: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no valo do Rio Feio/Aguapei, São Paulo, 2007, (Doutorado em Arqueologia), MAE/USP.

SILVA, D. A. **Diáspora Borum**: Índios Krenak no Estado de São Paulo (1937 – 2008), Assis, 2009, (Mestrado em História), UNESP.

SION, A. **Mineração em Terras Indígenas**. Instituto Minere, Brasil, 2019. Disponível em: <https://institutominere.com.br/blog/mineracao-em-terras-indigenas>. Acessado em: 7 de fev. 2020.

SOCIOAMBIENTAL, Paineis: COVID-19 e o Risco a Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://painelcovid19.socioambiental.org/indigenas/riscos/>. Acesso em 08 de dez. 2020.

SOCIOAMBIENTAL, **COVID-19 e os Povos Indígenas**. Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/>. Acesso em 08 de dez. 2020.

THIOLLENT, M, 1947 – **Metodologia da Pesquisa** – Ação. 17ªed. São Paulo: Cortez, 2009.

TOME, L; CAMPORES, P. **Watu Morreu**. A publica, 2017. Disponível em: apublica.org/2017/watu-morreu/.

VALE. **Vale – Nossa História**. Editora Verso Brasil, p. 416, 2012. Disponível em: vale.com/Brasil/PT/aboutvale/news/Documents/historia70anos/Vale_Livro_Nossa_Historia.pdf.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, Quito, 2009.

ANEXOS



Anexo I – Sessão de uso de voz, imagem e conteúdo

Quadro 3: Termo de Consentimento do uso de dados

TERMO DE CONSENTIMENTO DE ENTREVISTA

A Pesquisa “**Territorialização e Desterritorialização dos Índios Krenak de Vanuïre e suas representações culturais**” visa identificar e assimilar o processo de territorialização e desterritorialização do Povo Krenak, residente na Terra Indígena Índia Vanuïre, localizada no Município de Arco Íris, SP, de modo a compreender a identidade que se mantém e como esta se mantém, bem como encontrar de forma conjunta com o grupo indígena, estratégias de fortalecimento da identidade Krenak por meio de princípios metodológicos propostos pela Pesquisa-Ação.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é Júlia Araújo Carvalho, aluna de Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual “Julio de Mesquita Filho” FCT/Unesp de Presidente Prudente – SP, sob orientação da Professora Livre docente Neide Barrocá Faccio da mesma instituição. Ambas se comprometem a esclarecer todas as dúvidas dos/das informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatadas pelos seguintes meios:

Júlia (pesquisadora) – Telefone: [REDACTED] - E-mail: julia.araujo@unesp.br

Eu [REDACTED], portador/a do documento
CPF [REDACTED] 01, [REDACTED] residente
[REDACTED].

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada, bem como de documentos posteriormente desenvolvidos pela pesquisadora. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à FCT/Unesp, Presidente Prudente – SP, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa. Informo ainda que () autorizo (**X**) não autorizo o uso de minha imagem e, que () permito a citação de meu nome na redação final da pesquisa (**X**) não permito a citação de meu nome na redação final da pesquisa.

AUTORIZAÇÃO VERBALIZADA

Pesquisadora: “Marina”, você pode confirmar quais autorizações você me cede em relação ao conteúdo da nossa conversa?

“Então Júlia, eu não me importo de conversar com você, mas não quero que saibam que fui eu quem cedeu a entrevista e queria que você não colocasse os exemplos que falei sobre as professoras da escola em que trabalho”

Pesquisadora: Tudo bem, muito obrigada pelo seu tempo e disponibilidade.

Quadro 4: Termo de Consentimento do uso de dados

AUTORIZAÇÃO VERBALIZADA

Ouvinte: Oi, você me escuta?

Informante: Oi, agora eu tô te ouvindo bem. Acho que agora vai!! (risos)

Ouvinte: (risos). Agora tá bem melhor mesmo!

Informante: Então vamos começar. A gente já tinha conversado, mas vou repetir de novo. É... Eu vou te explicar como vai ser nossa conversa hoje e vou ler o termo de consentimento, que é um protocolo que garante seus direitos sobre essa entrevista.

Informante: Tá bom.

Ouvinte: Então a ideia é que a gente converse, vou pedir pra você se apresentar e depois apresentar algumas perguntas direcionadas, mas você pode responder o que você sentir que é bom, que é necessário. Não é obrigada a responder nada e pode mudar de ideia a qualquer momento e pedir pra tirar alguma parte da gravação ou até me pedir pra não usar nada do que a gente conversar aqui hoje.

Ouvinte: Agora eu vou ler o termo de consentimento e se você estiver de acordo a gente segue se não, não tem problema, eu sou grata do mesmo jeito.

Informante: Tá bom.

Ouvinte: A Pesquisa “Territorialização e Desterritorialização dos Índios Krenak de Vanuíre e suas representações culturais” visa identificar e assimilar o processo de territorialização e desterritorialização do Povo Krenak, residente na Terra Indígena Índia Vanuíre, localizada no Município de Arco Íris, SP, de modo a compreender a identidade que se mantem e como esta se mantem, bem como encontrar de forma conjunta com o grupo indígena, estratégias de fortalecimento da identidade Krenak por meio de princípios metodológicos propostos pela Pesquisa-Ação.

Ouvinte: Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento da publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante. A pesquisadora responsável por esta pesquisa sou eu, Júlia Araújo Carvalho, aluna de Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual “Julio de Mesquita Filho” FCT/Unesp de Presidente Prudente – SP, sob orientação da Professora Livre docente Neide Barrocá Faccio da mesma instituição. Ambas se comprometem a esclarecer todas as dúvidas dos/das informantes, antes, durante e depois das entrevistas, podendo ser contatadas. A gente pode seguir?

Informante: Pode sim.

Ouvinte: Essa entrevista tá sendo dada para o desenvolvimento de um projeto sobre território Krenak, ela já vem sendo desenvolvida desde o ano passado e a parte de escuta está começando agora. Você tá fazendo essa entrevista de forma voluntária, sem nenhuma pressão externa e a gente tá podendo gravar né?

Informante: Sim, isso mesmo.

...

Júlia: Lidiane, muito obrigada pela oportunidade de te ouvir e pelo tempo que você me cedeu. Antes de encerrarmos, queria saber se tem alguma parte da nossa conversa que você não queira que eu use e se você quer deixar alguma mensagem pra quem vier a ler o trabalho final?

Lidiane: Não. Pode usar tudo que a gente conversou hoje, sem problema. Eu que agradeço, o seu trabalho é muito importante e, acho que o recado é que, não é feio não saber ou perguntar, feio é acreditar no que o Estado conta e julgar nossa cultura sem procurar saber.

Anexo II – Registro dos campos

Quadro 5: Registro de Campo – dia 04 de março de 2020
REGISTRO DO CAMPO 04 DE MARÇO DE 2020



O campo foi agendado para esta quarta-feira 04, por conta de uma atividade formativa que seria realizada pelo Museu Pedagógico Índia Vanuíre do Município de Tupã – SP em sua sede junto aos professores de educação básica da cidade.

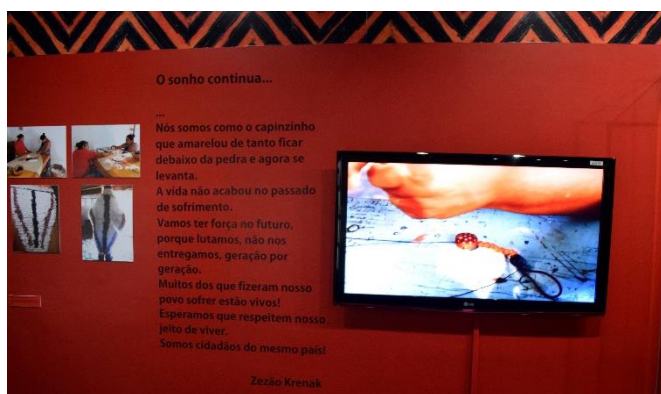
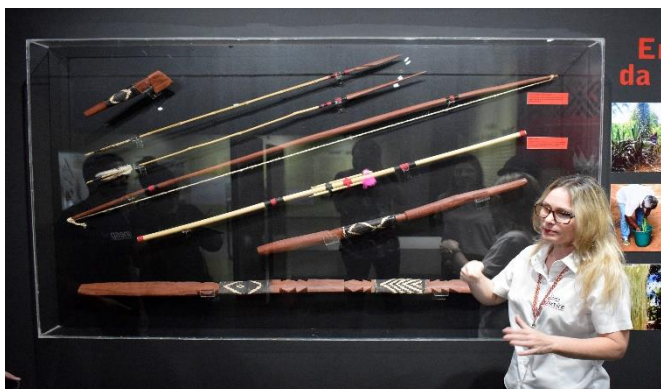
A atividade programada para ser uma formação de temática voltada a trajetória dos Krenak de Vanuíre contando com uma visita guiada à nova exposição do acervo “Ató Jací Borum Krenak – Tecendo Saberes do Povo Krenak”. Além disso, havíamos programado uma visita a Terra Indígena (T.I) Vanuíre para verificarmos o andamento do projeto já em desenvolvimento “Memória Indígena” para a tarde, após encerramento das atividades no museu. Uma vez que ela estava agendada para iniciar às 9:00 horas, saímos do Laboratório de Arqueologia Guarani e Análise da Paisagem (LAG) às 7:00 horas.

Chegando à sede do museu fomos informados que a atividade formativa fora adiada devido à uma forte chuva do dia anterior que dificultaria o acesso dos professores indígenas ao Município de Tupã. De todo modo fomos bem recebidos e realizamos a visita guiada à exposição “Ató Jací Borum Krenak – Tecendo Saberes do Povo Krenak” e reserva técnica.

A exposição se mostrou muito sensível, rica em informação e conteúdo, além de bem-organizada. Trata-se de uma exposição produzida em conjunto entre os Krenak da T.I Vanuíre e o Museu Pedagógico Índia Vanuíre e, financiada pela Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa Portinari (ACAM Portinari). A educadora responsável pela curadoria desta exposição nos informou que a produção da exposição levou cerca de três meses, onde foi fornecido aos Krenak todos os materiais necessários para a produção de toda a exposição e a equipe do Museu acompanhou toda a cadeia produtiva destes e, posteriormente todo o material registrado em imagem e som foi selecionado e editado conjuntamente com os Krenak, bem como a organização final da exposição, desde a cor das paredes até a ordem de exposição dos materiais produzidos.

A visita completa à exposição somada com o acompanhamento dos vídeos produzidos levou três horas, ocupando assim toda a manhã. Então ligamos para o professor Constantino, um de nossos informantes e importante parceiro Kaingang em todos os trabalhos realizados na T.I Vanuíre para verificar a viabilidade de

cumprir com a visita programada devida às condições da estrada, este nos informou que se estivéssemos de carro conseguiríamos chegar.



Logo, almoçamos e aproveitamos o início da tarde para visitarmos a reserva técnica do Museu Pedagógico Índia Vanuïre para então seguirmos até a T.I Vanuïre. Como chegamos pouco antes do horário programado aproveitamos para fazer uma visita à Dona Ena, uma grande artesã ceramista Kaingang e a anciã de idade mais avançada da etnia na T.I.



Ena que por sua idade avançada é uma portadora de saber referência dentro e fora da T.I Vanuïre, em seus quase noventa anos, se encontra lucida e muito bem de saúde, embora se sinta só e sempre nos pede visitas. Visitas estas que são sempre muito importantes e cujos aprendizados obtidos em cada visita extrapole o Universo científico-acadêmico.

Dado o horário marcado nos encaminhamos até a Escola Indígena onde verificamos o avanço e as dificuldades encontradas pelos professores no desenvolvimento do projeto “Memória Indígena”, aproveitamos para atualizar informações e contatos, além de agendarmos uma atividade conjunta de socialização dos trabalhos até o momento desenvolvidos para a primeira quinzena de abril.

Então partimos de volta para o escritório do LAG onde descarregamos os materiais coletados e realizamos uma reunião de avaliação e organização dos trabalhos em cima do material então coletado. Finalmente encerramos as atividades do dia as 21:00 horas.

Quadro 6: Transcrição dos painéis de exposição da ACAM Portinari, sediada no Museu Pedagógico Índia Vanuíre

PAINEIS DA EXPOSIÇÃO “ATÓ JAGÍ BURUM KRENAK – TECENDO SABERES DO POVO KRENAK”

OS BORUN DO WATU. “ERERRE!”

Eram chamados de Aimorés pelos Tupi e Botocudo pelos portugueses no século XVIII. Se autodenominavam *Grén ou Krén*. Hoje se identificam como *Borun*, essência do ser, os Borun de Watu. Para a sociedade brasileira eles são os Krenak, últimos sobreviventes da nação dos ‘Botocudo’.

As primeiras notícias sobre os Krenak remontam ao século XVI. Seu território original era a Mata Atlântica no Baixo Recôncavo Baiano. No século XIX deslocaram-se para o sul, atingindo o Rio Doce em Minas Gerais e Espírito Santo.

A tradição desses índios é de pouca cultura material devido aos deslocamentos constantes que mantinham como tradição. Caçavam, coletavam e pescavam. Durante a seca abandonavam os acampamentos nos rios e procuravam a mata. Nas matas coletavam jenipapo, caratinga, jatobá, mamão, imbu e pitomba.

Pescavam o surubim, cascudo, curimatã, bagre, traíra, lambari e curvina. Caçavam capivara, veado, caititu, queixada, tatu, jabuti, quati, tanajuras, larvas de madeira, nhambu, pato selvagem, marreco, jacu, arara, papagaio.

Foram várias as tentativas de catequização e “pacificação” para que os Krenak desocupassem as margens do rio Doce. Tornaram-se incômodos em seu próprio território cobiçado para exploração. Porque resistiram, foram vítimas da ‘Guerra Justa’, uma ação militar foi executada de forma violenta contra eles.

Com a construção da estrada de ferro Vitória-Minas no final do século XIX e início do século XX, foram pressionados a abandonar seu território, as terras do Vale do Rio Doce. Os Krenak chamavam a locomotiva Maria-fumaça de *Guapó*, monstro que vomita fumaça. Os krenak tentavam parar o trem com as próprias mãos. Como o Guapó era muito forte, passaram a desfazer o trabalho de construção das linhas férreas que avançava através de áreas Krenak.

Por volta de 1911 os Krenak foram agrupados pelo serviço de Proteção aos Índios em uma área próxima a Resplendor. Dois Postos de atração foram criados, o de Pancas e o Guido Marliere, atual Aldeia Krenak. Dessa forma, suas terras estavam liberadas para a expansão econômica. O grupo liderado por Krenak foi o último a negociar com as autoridades governamentais o processo de “pacificação”.

Em 1920, o governo de Minas Gerais destina parte do território original Krenak a eles mesmos. A demarcação aconteceu em 1923, após o massacre dos Kuparak, um grupo “Botocudo”. Os quatro mil hectares doados continuavam sob a cobiça de não-índios. O conflito continuava. Para dimensionar o conflito estima-se que no início do século XX havia 5000 Krenak e na década de 1920 eram 600.

Em 1953 foram transferidos para o Posto dos Maxacali ou deslocaram-se para outros lugares (*inclusive Vanuíre). De retorno ao P.I Guido Marliére, o P.I Krenak, em 1959, encontraram suas terras ocupadas pela Polícia Florestal e fazendeiros. Ocuparam uma pequena área onde eram mantidos sobre controle, violência e intimidação, sofreram violência física e cultural, pois foram proibidos de falar a própria língua.

Em 1970 inicia a reintegração de posse das terras Krenak. Apesar de seus direitos definidos pela Justiça, em 1973 eles são transferidos para a fazenda Guaraní em Carmésia, área ocupada pela Polícia Militar do Estado. Muitos saíram algemados de seu território original e foram tratados como infratores e

desajustados sociais. na década de 1980, ajudados por indigenistas, voltaram para suas terras ocupando apenas 44 hectares daquilo que o governo lhes doou em 1920.

Durante os exílios muitos deles morreram ou foram para outros lugares como a Aldeia Vanuíre, ilha do Bananal, Mato Grosso, Colatina (ES) e para Conselheiro Pena (MG).

A ação contra a retirada dos fazendeiros das terras Krenak foi julgada a favor deles em 1995 e em 1997 são reintegrados. Hoje, convivem com outro Guapó. O monstro que agora não vomita fumaça ainda atravessa as terras ancestrais, agora como um fantasma que traz lembranças do passado.

Se a luta pelas terras se encerrou, inicia-se a luta pela autonomia e sobrevivência em um território totalmente modificado e sem os recursos para a subsistência tradicional baseada na caça, pesca e coleta. Atualmente reivindicam a unificação do Parque Estadual Sete Salões à área já demarcada e homologada. Consideram-no lugar de referência: a serra e a pintura rupestre são símbolos na reafirmação da identidade étnica. Trata-se de mais outro conflito fundiário envolvendo fazendeiros e o Governo de Minas Gerais.

Os Krenak foram expulsos daí há mais de 70 anos e o Parque foi criado em 1998. Desde então, lutam pelos seus direitos simbólicos.

Em decorrência de uma história de dispersões, há Krenak em diversas indígenas, porém o grupo mais importante está na Aldeia Vanuíre, onde constroem diariamente o “resgate cultural” a partir do vínculo com um território, o rio Doce – o Watu. Distantes, mas próximos, vivem em um lugar, mas mantem referências indenitárias com outro. São, igualmente, Borun do Watu na terra que os acolheu.

Quadro 7: Registro de Campo – dia 06 de março de 2020 **REGISTRO DO CAMPO 06 DE MARÇO DE 2020**

Toda primeira sexta-feira do mês o Museu Pedagógico Índia Vanuíre do Município de Tupã – SP organiza uma atividade em que indígenas da Terra Indígena (T.I) Vanuíre realizam uma fala temática no museu através do espaço “Saberes e Fazeres Indígenas”. Devido ao mês da Mulher, a fala do mês de março contou com duas mulheres, Kaingang Susilene Melo e a Krenak Ingrid Damaceno, no intuito de estabelecer diálogo sobre as diversas formas de ser mulher indígena no Brasil, falando de suas realidades e desafios nos dias de hoje.

Para esta acompanhar esta atividade fui sozinha até o município de Tupã – SP com um ônibus intermunicipal. Acompanhei toda a manhã destas duas mulheres e pude aprender muito sobre o ser mulher e as relações de afeto e parentesco estabelecidas dentro da T.I Vanuíre, além de poder ouvir respostas muito importantes a indagações feitas pelos visitantes que por ali passaram.





Pela tarde acompanhei a exibição e debate posterior do documentário “Mulheres Indígenas: Vozes por Direitos e Justiça”, lançado pela ONU Brasil em 2018, em Brasília (DF). O vídeo recupera alguns momentos do diálogo entre mulheres indígenas e as Nações Unidas, apresentando as principais pautas e o papel das mulheres na articulação pela defesa de seus povos, direitos, memória e territórios.

O debate produzido foi superficial, até porque a atividade contou com apenas cinco participantes, as duas representantes indígenas, a mediadora do museu, eu e mais uma visitante. O breve momento funcionou mais para que Ingrid e Susilene falassem um pouco sobre quais são as pautas delas enquanto mulheres indígenas, assim como no vídeo as pautas principais perpassam pela reivindicação por saúde geral, saúde reprodutiva, educação e reivindicação de suas vozes enquanto membros importantes de suas etnias frente aos órgãos estatais que, segundo elas, buscam primeiro aos homens e só as buscam quando estes recomendam que elas devem ser ouvidas. Além é claro, das reivindicações enquanto etnia (garantia de direitos, respeito pelas terras demarcadas, demarcação de ‘novas’ terras, segurança nos processos de retomada, etc).

Anexo III - Registros de escutas realizadas

Quadro 8: Registro de escuta virtual

Roteiro intuitivo	
PERGUNTA NORTEADORA	
1) Se Krenak → Trajetória até chegar a Vanuíre (motivações da saída, tempo de deslocamento, sentimentos, mudanças e permanências) Se Kaingang → (como sentiu a chegada dos Krenak, quais impactos foram percebidos no cotidiano) 2) Se Krenak → Para você, o que é Território? Qual é o Território Krenak?	
Formulário Complementar do Ouvinte (um formulário por escuta ativa)	
1) Ouvinte: Júlia Araújo Carvalho	2) Data da escuta: 21/10/2020
3) Mecanismo de coleta da narrativa: Virtual - Meet	4) Houve interrupção na coleta? (Sim) (N) Motivo: Conexão Instável/ Caça de Tanajura
5) Nome do (a) informante: Lidiane Damasceno Krenak Tadau	6) Sexo biológico do (a) informante: (F) (M)
7) Etnia do (a) informante: Krenak/ Kaingang	8) Idade do (a) informante: 38
9) Religião do (a) informante: Cristã (Congregação Cristã do Brasil)	10) Profissão/Função: Professora de anos iniciais, finais, também sou professora de ensino médio, coordenadora de um núcleo de dança Krenak, gestora do Museu Akan Krenak e, cacique da Comunidade
11) Viveu sempre em Vanuíre? (Sim) (N)	12) Em caso negativo, em que ano chegou à Vanuíre? Mãe chegou aos 4 anos de idade, em 1954
13) Durante a escuta ativa, identificou algum possível conflito interno derivado de divergências culturais entre as etnias? (S) (Não).	
14) Foi explicitada alguma modificação/ alteração de prática cultural ou ainda se relatou que alguma prática cultural já não é mais praticada? (Sim) (N)	
15) Em caso afirmativo para a pergunta 14, que categoria você atribuiria para a prática? (ex. dança, canto, alimentação) Caça e Ritualística (enterramento do corpo junto ao umbigo)	
16) OBSERVAÇÕES ADICIONAIS • Grupo de dança Roundin Krenak Vanuíre • Observa-se incompatibilidade cronológica em alguns trechos do relato. Possivelmente derivados de característica própria da narrativa em tempo psicológico ou pela sobreposição da história de diferentes parentes; • Outro possível fator para a divergência de datas também é o processo de ocultação histórica das resistências indígenas; • Dispersão dos Krenak não foi unicamente via Carmésia, também houve um grupo direcionado à Brasília (DF) e um grupo direcionado para Ilha do Bananal (TO); • Atualmente existem povos de 7 etnias em Vanuíre, totalizando 234 residentes; • SPI visto objetivamente como mecanismo de genocídio estrutural; • Relatório Figueiredo e o protagonismo das mulheres na denúncia de abusos de poder pelo chefe de Posto (Buscar dados); • Território subjetivo → pertencimento e construção objetiva da realidade // Territorialidade → pertencimento, relação ancestral subjetiva e ao mesmo tempo histórica// Território Krenak → é a junção do território de cada Krenak com o território sagrado, origem de todo ser e essência Borun; • Enquanto a etnia, observa-se que a entrevistada é filha biológica de dois Krenak, mas devido a um novo casamento da mãe, atualmente ela se identifica como Krenak/Kaingang	
17) Houve a solicitação de supressão de parte do material registrado ou solicitação de supressão total do material registrado? (S) (Não) (SUPRESSÃO PARCIAL) (SUPRESSÃO TOTAL)	
18) Como foi o ambiente da escuta? (estéreo) (com ruídos) (em formato de roda de conversa)	

19) Como você percebeu o informante? (calmo) (agitado) (confortável) (desconfortável) (seguro) (desconfiado) (emocionado) (outro: _____)
20) Como você se percebeu durante a escuta? (calmo) (agitado) (confortável) (desconfortável) (seguro) (desconfiado) (outro: _____)
21) Houve alguma quebra de protocolo ético que invalide o material coletado? (S) (Não) Qual?
22) Local onde se tem registrada a narrativa: Drive Institucional da pesquisadora

Quadro 9: Registro de escuta virtual com orientadora pedagógica

Roteiro intuitivo	
PERGUNTAS NORTEADORAS	
1) Os educadores recebem formação em Geografia na Universidade e em Formação Continuada? - Sim	
2) A partir de que ano o ensino de Geografia consta no Currículo? – Desde o primeiro ano	
3) Você acredita que as professoras de sua unidade têm facilidade e comodidade para trabalhar os conteúdos de Geografia em sala de aula? – Sim, quando pautadas nos livros didáticos	
4) Como orientadora pedagógica, você acredita que as professoras e profissionais envolvidas na formação infantil possuem domínio para trabalhar questões étnico-raciais em sala de aula? Não	
5) Você acredita que a temática indígena e negra é trabalhada em sala de aula? Se sim, esse trabalho é feito de maneira adequada e livre de preconceitos? – É trabalhado de forma superficial e preconceituosa	
6) Você acredita que uma Unidade Didática específica sobre a temática indígena e suas territorialidades seria bem aceita por sua equipe de profissionais? - Sim	
7) Eu vou compartilhar com você um quadro que mostra os temas relacionados à questão indígena que devem constar no Currículo escolar. Você acredita que os materiais didáticos ofertados pelo PNL (Programa Nacional de aquisição de Livros) são adequados e contemplam as previsões? - Sim	
Formulário Complementar do Ouvinte (um formulário por escuta ativa)	
1. Ouvinte: Júlia Araújo Carvalho	2. Data da escuta: 04/12/2020
3. Mecanismo de coleta da narrativa: Virtual - Meet	4. Houve interrupção na coleta? (S) (Não) Motivo:
5. Nome do (a) informante: ***	6. Sexo biológico do (a) informante: (F) (M)
7. Cor/Raça/Etnia do (a) informante: Preta	8. Idade do (a) informante: 47
9. Religião do (a) informante: Católica	10. Profissão/Função: Pedagoga e orientadora pedagógica da rede municipal de educação
11. Viveu sempre na cidade que reside atualmente? (S) (Não) Natal - RN	12. Em caso negativo, em que ano chegou à cidade? 1987.
13. A quanto tempo trabalha na área de educação? 16 anos	14. Possui alguma especialização? (Sim) (N) Qual? Neuropedagogia na Educação
15. INFORMAÇÕES GERAIS APRESENTADAS DURANTE A ESCUTA	
1) Se expressa a necessidade de maior investimento na formação do pedagogo para lidar com as demais disciplinas que não português e matemática, embora afirme a existência de formação na área; 2) Desde o primeiro ano do ensino fundamental 3) As professoras trabalham com comodidade em cima do material didático que, na Unidade analisada é específico para cada disciplina e não geral para “Ciências humanas e biológicas” 4) “Ainda precisamos avançar muito nesse quesito, estudar, refletir e nos posicionar com relação aos direitos e valorização da pessoa, da importância de nossa ação para a construção de uma sociedade mais justa [...] eu fiz CEFAM, depois fiz o curso de Pedagogia e todas as formações da SEDUC desde que comecei a trabalhar e nunca recebi formação com esse tema. Nossas formações de geografia são mais da parte dos rios e solos, em algumas datas específicas a secretaria envia um material pronto para trabalharmos em sala de aula, mas não é debatido e, ainda tem muito da religião que interfere no jeito que cada professor vai trabalhar esse assunto”.	

• 5) A temática é trabalhada, no entanto apenas em datas comemorativas e de forma desconexa com os conteúdos integrativos. • 6) “Sim. Não por toda a equipe, porque tem profissionais que trabalham a muito tempo em sala de aula e não tem interesse em mudar o seu jeito de trabalho, mas, acredito que a maioria das professoras aqui da escola e, colegas de outras escolas iam receber bem, principalmente porque é meio que consenso que precisamos de mais formação na temática indígena, especialmente da região”. • 7) A informante afirma que os tópicos apresentados no quadro compartilhado são abordados pelo Currículo municipal, ainda que, de maneira superficial. • Defende a maior integração universidade x escolas, na partilha e subsídio de projetos interdisciplinares: “[...] os alunos da pedagogia chegam até nós pelos estágios obrigatórios, mas tem coisas que precisavam ser mais profundas. Seria importante que alunos de outros cursos chegassem as escolas de ensino infantil e fundamental I, como você da Geografia, alunos de química, biologia, matemática, física, história e tudo mais, até porque é a base aprendida nesses anos que sustenta os conteúdos que vão ser ensinados por esses profissionais depois”.
16. Houve a solicitação de supressão de parte do material registrado ou solicitação de supressão total do material registrado? (Sim) (N) (SUPRESSÃO PARCIAL) (SUPRESSÃO TOTAL) A informante inseriu em seus relatos, exemplos de situações extremamente preconceituosas e delicadas que se deram pautadas sobretudo na religião que afetaram diretamente alunos migrantes, refugiados, refugiados indígenas, e pertencentes a religiões de matriz africana. Os detalhes foram retirados mediante solicitação expressa da informante.
17. Como foi o ambiente da escuta? (estéreo) (com ruídos) (em formato de roda de conversa)
18. Como você percebeu o informante? (calmo) (agitado) (confortável) (desconfortável) (seguro) (desconfiado) (emocionado) (outro:)
19. Como você se percebeu durante a escuta? (calmo) (agitado) (confortável) (desconfortável) (seguro) (desconfiado) (outro:)
20. Houve alguma quebra de protocolo ético que invalide o material coletado? (S) (Não) Qual?
21. Local onde se tem registrada a narrativa: Drive Institucional da pesquisadora